

COMPANHIA INDUSTRIAL CATAGUASES

Companhia Aberta
CNPJ/MF nº 19.526.748/0001-50
Praça José Inácio Peixoto, 28
Cataguases, MG – CEP 36.772-900
www.cataguases.com.br

PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO PARA A ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA DA COMPANHIA INDUSTRIAL CATAGUASES (“COMPANHIA”) A SER REALIZADA EM 29 DE ABRIL DE 2016 (Valores em Reais mil, exceto quando indicado)

1. PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO DA COMPANHIA, CONSTANTES DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PUBLICADAS EM 15 DE MARÇO DE 2016, PARA A DESTINAÇÃO DOS RESULTADOS DO EXERCÍCIO DE 2015 DE ACORDO COM O ANEXO 9-1-II DA IN CVM Nº 481.

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia apurou prejuízo no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015.

2. PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO DA COMPANHIA – ELABORADA COM BASE NO ITEM 13 DO FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA (IN CVM 480/09) – PARA A REMUNERAÇÃO GLOBAL DOS ADMINISTRADORES PARA O EXERCÍCIO DE 2016.

Com base em pesquisas sobre valores praticados no mercado para remunerar executivos que integram Conselhos de Administração, Conselhos Fiscais e Diretorias de companhias abertas, a Administração da Companhia propõe que a remuneração global anual da administração para o exercício de 2016 seja no valor de até R\$ 6,1 milhões, o qual englobará a remuneração fixa do Conselho de Administração, Conselho Fiscal, Diretoria e a remuneração variável da Diretoria da Companhia.

13. Remuneração dos Administradores

13.1. Descrever a política ou prática de remuneração do conselho de administração, da diretoria estatutária e não estatutária, do conselho fiscal, dos comitês estatutários e dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, abordando os seguintes aspectos:

a. objetivos da política ou prática de remuneração

A Política de Remuneração da CIC tem o objetivo de estar alinhada à estratégia do negócio, além de remunerar, reconhecer de forma justa, equilibrada e competitiva seus administradores, estimulando-os na busca de soluções visando à satisfação dos clientes, expansão sustentável dos negócios e retorno aos seus acionistas.

b. composição da remuneração, indicando:

i. descrição dos elementos da remuneração e os objetivos de cada um deles

Os elementos da remuneração, para os administradores com função de diretores estatutários, são compostos por Pró- Labore, Remuneração Variável, Plano de Previdência Privada, Assistência

Médica e Seguro de Vida. Para os membros do Conselho de Administração e Conselho Fiscal temos apenas Honorários fixos na composição. Estes elementos de remuneração têm como objetivo retenção e retribuição pelos serviços prestados, levando em consideração a responsabilidade do cargo, o tempo dedicado às suas funções, competência e reputação profissional, resultados alcançados e o valor dos serviços no mercado.

*ii. qual a proporção de cada elemento na remuneração total
(Vide Anexo I)*

iii. metodologia de cálculo e de reajuste de cada um dos elementos da remuneração

O Conselho de Administração aprova todas as políticas, diretrizes e metodologia de remuneração dos administradores da Companhia, tendo como base as metas de desempenho estabelecidas, as referências de mercado e índices de inflação. Vale ressaltar que a remuneração máxima global da Administração é objeto de deliberação da Assembleia Geral Ordinária de acionistas, sendo a mesma distribuída entre os órgãos da Administração da Companhia conforme deliberação do Conselho de Administração (art. 17, § 5º do Estatuto Social).

Os elementos de remuneração são reajustados da seguinte forma:

- Honorários fixos têm reajuste vinculado à variação do INPC anual. Exceções serão aprovadas pelo Conselho de Administração.
- Plano de Previdência Privada tem reajuste vinculado à variação dos honorários fixos.
- Plano de Saúde tem seu reajuste vinculado à variação de custos médicos e índices de sinistralidade.
- Remuneração Variável tem seu reajuste vinculado à aprovação do Conselho de Administração, levando em consideração práticas de Mercado e Estratégia do Negócio.

iv. razões que justificam a composição da remuneração

A remuneração da Companhia é baseada nas práticas de mercado e possuem harmonização com os objetivos da Companhia.

c. principais indicadores de desempenho que são levados em consideração na determinação de cada elemento da remuneração

O único elemento da remuneração que possui correlação com indicadores de desempenho é a Remuneração Variável, que é influenciada pela composição de vários indicadores auferidos em cada exercício social. Entre os principais indicadores estão: Lucro Líquido, EBIT, Receita Líquida e Margem Bruta.

Vale ressaltar que para o cargo de Diretor Presidente da Companhia há uma remuneração variável classificada como Incentivo de Longo Prazo (ILP) caso se materialize o crescimento da Companhia no exercício de 2016, fundamentado em Plano de Negócios elaborado pelo Diretor Presidente e submetido à aprovação do Conselho de Administração da Companhia, cujas faixas de Lucro Líquido atingidas e seu respectivo cálculo ILP segue conforme tabela abaixo:

TABELA DE CÁLCULO ILP SOBRE O LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO DE 2016		
DE	ATÉ	PERCENTUAL DE ILP
Zero	R\$ 12.000.000,00	0%
R\$ 12.000.000,01	R\$ 17.000.000,00	5%
R\$ 17.000.000,01	R\$ 22.000.000,00	10%
R\$ 22.000.000,01	R\$ 27.000.000,00	17%
R\$ 27.000.000,01	R\$ 32.000.000,00	20%
R\$ 32.000.000,01	R\$ 42.000.000,00	23%

Além do ILP acima, o Executivo terá ainda, o direito a um bônus adicional caso o percentual do Lucro Líquido do Exercício, proveniente de novos negócios, seja superior a 25% (vinte e cinco por cento) do Lucro Líquido, conforme tabela progressiva abaixo:

TABELA DE CÁLCULO DO ADICIONAL DO ILP SOBRE O LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO DE 2016		
DE	ATÉ	PERCENTUAL DE ILP
Zero	25% do Lucro Líquido	0%
25,01% do Lucro Líquido	35% do Lucro Líquido	30%
35,01% do Lucro Líquido	50% do Lucro Líquido	50%
Acima de 50%	Ilimitado	65%

d. como a remuneração é estruturada para refletir a evolução dos indicadores de desempenho

A Remuneração Variável é estruturada para refletir a evolução dos indicadores de desempenho por meio do modelo de objetivos e metas descritas em um mapa de indicadores, alinhadas a estratégia da empresa. A evolução deste indicador de desempenho tem como seu maior objetivo o retorno do investimento aos seus acionistas no curto, médio e longo prazo. (Vide Anexo II)

e. como a política ou prática de remuneração se alinha aos interesses do emissor de curto, médio e longo prazo

(Verificar item 13.1.c acima)

f. existência de remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos

(Não se aplica).

g. existência de qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário, tal como a alienação do controle societário do emissor

(Não se aplica).

13.2. Em relação à remuneração reconhecida no resultado dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

a. órgão

b. número de membros

c. remuneração segregada em:

i. remuneração fixa anual, segregada em:

- *salário ou pró-labore* (Vide Anexo I item Honorários.)
- *benefícios diretos e indiretos* (Vide Anexo I itens Previdência Privada e Assistência Médica)
- *remuneração por participação em comitês* (Não Aplicável.)
- *outros* (Não Aplicável.)

ii. remuneração variável, segregada em:

- *bônus* (Vide Anexo I item Remuneração Variável).
- *participação nos resultados* (Vide Anexo I item Remuneração Variável).
- *remuneração por participação em reuniões* (Não Aplicável.)

- *comissões* (Não Aplicável.)
- *outros* (Não Aplicável.)

- iii. *benefícios pós-emprego* (Não Aplicável).
- iv. *benefícios motivados pela cessação do exercício do cargo* (Não Aplicável).
- v. *remuneração baseada em ações* (Não Aplicável).

d. valor, por órgão, da remuneração do conselho de administração, da diretoria estatutária e o conselho fiscal

(Vide Anexo I).

e. total da remuneração do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal

(Vide Anexo I).

13.3. Em relação à remuneração variável dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

- a. órgão**
- b. número de membros**
- c. em relação ao bônus:**

- i. *valor mínimo previsto no plano de remuneração*
- ii. *valor máximo previsto no plano de remuneração*
- iii. *valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas*
- iv. *valor efetivamente reconhecido no resultado dos 3 últimos exercícios sociais*

As informações solicitadas nos subitens acima constam do Anexo I na coluna referente a Remuneração Variável

d. em relação à participação no resultado:

- i. *valor mínimo previsto no plano de remuneração*
- ii. *valor máximo previsto no plano de remuneração*
- iii. *valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas*
- iv. *valor efetivamente reconhecido no resultado dos 3 últimos exercícios sociais*

As informações solicitadas nos subitens acima quanto ao plano de remuneração dos anos anteriores contam do Anexo I, no que tange ao plano de remuneração variável para a Diretoria Executiva prevista para o exercício social corrente constam do Anexo II da presente Proposta.

13.4. Em relação ao plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária, em vigor no último exercício social e previsto para o exercício social corrente, descrever:

A Companhia não possui remuneração baseada em ações, portanto, este item não se aplica.

13.5. Informar a quantidade de ações ou cotas direta ou indiretamente detidas, no Brasil ou no exterior, e outros valores mobiliários conversíveis em ações ou cotas, emitidos pelo emissor, seus controladores diretos ou indiretos, sociedades controladas ou sob controle comum, por membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal, agrupados por órgão, na data de encerramento do último exercício social

Apresentamos abaixo as informações referentes a ações de emissão da Companhia, direta ou indiretamente detidas por membros do Conselho de Administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal, agrupadas por órgão, na data de encerramento do último exercício social.

Órgão	Membro/Acionista	Tipo de Ação	
		Ordinárias	Preferenciais
Conselho de Administração	José Inácio Peixoto Neto	3.930	46
	Glaydson Ferreira Cardoso	01	0
	Herbert Steinberg	01	0
	Vicente Moliterno Neto	01	0
	Jorge Amary Nagib Junior	01	0
Conselho Fiscal	-----	0	0
Diretoria	-----	0	0

13.6. Em relação à remuneração baseada em ações reconhecida no resultado dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente, do conselho de administração e da diretoria estatutária, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

A empresa não possui remuneração baseada em ações, portanto, o item não é aplicável.

13.7. Em relação às opções em aberto do conselho de administração e da diretoria estatutária ao final do último exercício social, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

A empresa não possui remuneração baseada em opções, portanto, o item não é aplicável.

13.8. Em relação às opções exercidas e ações entregues relativas à remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária, nos 3 últimos exercícios sociais, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

A empresa não possui remuneração baseada em ações e opções, portanto, o item não é aplicável.

13.9. Descrição sumária das informações necessárias para a compreensão dos dados divulgados nos itens 13.6 a 13.8, tal como a explicação do método de precificação do valor das ações e das opções, indicando, no mínimo:

A empresa não possui remuneração baseada em ações e opções, portanto, o item não é aplicável.

13.10. Em relação aos planos de previdência em vigor conferidos aos membros do conselho de administração e aos diretores estatutários, fornecer as seguintes informações:

a. órgão

Somente os membros da Diretoria Executiva da Companhia possuem Plano de Previdência Privada

b. número de membros

04 (quatro), contudo o cargo de Diretor Administrativo e Financeiro encontra-se vacante, tendo o Diretor Presidente acumulado o cargo. Há de se ressaltar que em Novembro de 2015 também restou vacante o cargo de Diretor Técnico Industrial da Companhia, tendo o Diretor Presidente assumido interinamente o cargo.

c. nome do plano

Programa de Previdência Complementar – Itaú Vida e Previdência S/A

d. quantidade de administradores que reúnem as condições para se aposentar

Não se aplica

e. condições para se aposentar antecipadamente

Não se aplica.

f. valor atualizado das contribuições acumuladas no plano de previdência até o encerramento do último exercício social, descontada a parcela relativa a contribuições feitas diretamente pelos administradores

O valor atualizado das contribuições acumuladas no plano de previdência até o encerramento do último exercício social, descontada a parcela relativa a contribuições feitas diretamente pelos administradores é de R\$ 645.101,47 (seiscentos e quarenta e cinco mil, cento e um reais e quarenta e sete centavos).

g. valor total acumulado das contribuições realizadas durante o último exercício social, descontada a parcela relativa a contribuições feitas diretamente pelos administradores

O valor total acumulado das contribuições realizadas durante o último exercício social, descontada a parcela relativa a contribuições feitas diretamente pelos administradores é de R\$ 178.337,65 (cento e setenta e oito mil, trezentos e trinta e sete reais e sessenta e cinco centavos).

h. se há a possibilidade de resgate antecipado e quais as condições

Sim. O segurado poderá solicitar o resgate, total ou parcial do saldo de contribuições realizadas pelo participante a partir do 60º (sexagésimo) dia contado da data de adesão do segurado ao Plano de Previdência Privada, observado o intervalo de 60 dias entre os pedidos de resgates de um mesmo participante. Além disso ocorrendo invalidez total e permanente ou falecimento do segurado antes do início do recebimento do capital segurado, o segurado ou seus beneficiários receberão o valor da provisão matemática de benefícios a conceder, sendo paga de uma só vez, dispensado qualquer tipo de carência.

13.11. Em forma de tabela, indicar, para os 3 últimos exercícios sociais, em relação ao conselho de administração, à diretoria estatutária e ao conselho fiscal:

a. órgão

b. número de membros

c. valor da maior remuneração individual

d. valor da menor remuneração individual

e. valor médio de remuneração individual

Órgão	2015			2014			2013			Valores em R\$
	Maior Remuneração	Menor Remuneração	Média da Remuneração	Maior Remuneração	Menor Remuneração	Média da Remuneração	Maior Remuneração	Menor Remuneração	Média da Remuneração	
Conselho de Administração	R\$ 10.126	R\$ 10.126	R\$ 10.126	R\$ 9.346	R\$ 9.346	R\$ 9.346	R\$ 8.722	R\$ 8.722	R\$ 8.722	
Conselho Fiscal	R\$ 4.876	R\$ 4.876	R\$ 4.876	R\$ 4.430	R\$ 4.430	R\$ 4.430	R\$ 4.314	R\$ 4.314	R\$ 4.314	
Diretoria	R\$ 67.725	R\$ 37.494	R\$ 52.609	R\$ 64.706	R\$ 35.000	R\$ 45.868	R\$ 60.000	R\$ 35.364	R\$ 43.576	

13.12. Descrever arranjos contratuais, apólices de seguros ou outros instrumentos que estructurem mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria, indicando quais as consequências financeiras para o emissor

No caso de encerramento contratual (pelas contratantes), os administradores que compõem a Diretoria Executiva têm direito a cobertura de plano médico por até 03 (três) meses após a rescisão contratual.

Além disso o contrato de Administração Executiva firmado com o atual Diretor Presidente, Sr. Paulo Antonio Valente possui uma cláusula de rescisão abaixo transcrita, a qual possui uma multa rescisória que pode trazer consequências financeiras para o emissor.

“CLÁUSULA QUARTA **RESCISÃO**

4.1 O presente Contrato poderá ser rescindido, por quaisquer das Partes, imotivadamente, mediante aviso prévio, por escrito, com pelo menos 30 (trinta) dias de antecedência, ficando assegurado ao Executivo o recebimento do Pró Labore Mensal devido e ainda não pago, incluindo aquele devido durante o aviso prévio, caso este venha a ser cumprido. Caso a rescisão imotivada se dê pela Companhia, esta deverá pagar, além do Pró Labore Mensal devido e ainda não pago, os seguintes valores: **(i)** se a rescisão ocorrer no primeiro ano de vigência deste Contrato, a Companhia deverá pagar o Bônus Anual, conforme previsto na Cláusula 3.2, acima, caso o Executivo tenha atingido as metas definidas pelo Conselho de Administração da Companhia no período a contar da data da sua eleição como Diretor Presidente até 31 de dezembro de 2013; **(ii)** após o primeiro ano de vigência deste Contrato a Companhia deverá pagar o Bônus Anual, conforme previsto na Cláusula 3.2, acima, calculado de forma pro-rata, considerando o Bônus Anual mínimo que seria devido ao Executivo se seu desempenho tivesse atingido ou excedido as metas para o Bônus Anual que seria devido, assumindo que o desempenho do Executivo esteve em consonância com o plano de negócios e as metas determinadas de acordo com a cláusula 3.2 acima, até a data em que o Contrato se tornou efetivamente resolvido.

4.2 O presente Contrato somente poderá ser rescindido motivadamente pela Companhia, imediatamente e sem prévia notificação ao Executivo, não sendo devidos quaisquer montantes a título de remunerações adicionais ou de indenização ao Executivo, mediante a ocorrência de qualquer uma das seguintes circunstâncias e mediante a aprovação por maioria absoluta do Conselho de Administração da Companhia, efetivada através de Reunião do Conselho de Administração, com exceção do disposto no item (d) abaixo:

- (a) caso o Executivo deixe de cumprir quaisquer de suas obrigações conforme disposto neste Contrato e/ou deixe de observar qualquer instrução legal, diretiva ou resolução dos Acionistas da Companhia e/ou do Conselho de Administração desta, que tenham sido emitidas em consonância com as Leis Brasileiras, e deixe de remediar tal falha conforme descrito na cláusula 4.3 abaixo; fica ressalvado, no entanto, que a disposição acima descrita não poderá de forma alguma afetar o direito da Companhia de imediatamente rescindir este Contrato na ocorrência de quaisquer das circunstâncias previstas nas Cláusulas 4.2(b) e 4.2(c) abaixo;
- (b) se o Executivo cometer qualquer crime doloso ou ato envolvendo torpeza, fraude, deslealdade, não observância a deveres do administrador descritos nos artigos 153 a 157 da Lei nº 6.404/76, conforme alterada, embriaguez contínua, uso ilegal de drogas, ou qualquer furto, apropriação indébita, evidenciada por uma decisão transitada em julgado proferida por um juízo competente no Brasil;
- (c) se o Executivo, individualmente ou acompanhado por qualquer pessoa ou parte, agir com o propósito específico de realizar quaisquer atos que comprovadamente sejam fraudulentos ou pratique uma atividade criminosa; e
- (d) no caso de morte ou incapacidade permanente do Executivo. Nesta hipótese a Companhia deverá pagar a ele ou ao seu espólio, se este for o caso: **(i)** os montantes referentes à remuneração devida até o final do mês no qual sua morte ou incapacidade permanente tenha ocorrido; e **(ii)** Bônus Anual pro rata para o ano completo em que o Executivo realizou as suas Atribuições (com exceção do Bônus Anual devido no primeiro ano de vigência deste Contrato que deverá ser pago integralmente, conforme Cláusula 3.2 acima). A Companhia não terá mais nenhum compromisso perante o Executivo ou seus sucessores.

4.3 Nas hipóteses previstas na Cláusula 4.2(a) acima, o Executivo deverá ser notificado, por escrito, pela Companhia, de acordo com os termos ora dispostos, acerca da ocorrência das circunstâncias descritas na Cláusula 4.2(a) acima. A notificação deve ser entregue dentro de um período de até 5 (cinco) dias a contar da data do conhecimento de tais circunstâncias pela Companhia ou seus Acionistas, estando previsto que o vencimento do prazo mencionado sem a notificação correspondente obstará o direito da Companhia de rescindir o presente Contrato nos termos da presente Cláusula. Se o descumprimento não for remediado em até 30 (trinta) dias a contar do recebimento da notificação, durante a vigência deste Contrato, este poderá ser imediatamente rescindido pela Companhia.

4.4. O Executivo terá o direito de rescindir, motivadamente, este Contrato caso:

- (i) a Companhia e/ou sua(s) Afiliada(s) deixem de cumprir quaisquer de suas obrigações aqui dispostas. Nessa hipótese, a Companhia será notificada, de acordo com os termos do presente Contrato, acerca de seu inadimplemento com relação a tais obrigações. Caso a falha da Companhia e/ou sua(s) Afiliada(s) com relação ao cumprimento de suas obrigações não seja sanada dentro do prazo de 30 (trinta) dias do recebimento da notificação que deverá ser enviada pelo Executivo à Companhia requerendo providências nesse sentido, o Contrato poderá ser imediatamente rescindido pelo Executivo; ou
- (ii) ocorra a alteração de sócio e/ou a venda de ativos relativos às atividades da Companhia que representem, pelo menos, 50% (cinquenta por cento) do seu patrimônio líquido, ficando, entretanto, assegurado o direito do Executivo em vestir o ILP antecipadamente, conforme Cláusula 3.8, acima.

4.4.1. O Executivo nas hipóteses previstas na Cláusula 4.4 acima, e na hipótese em que a Companhia rescinda, imotivadamente, o presente Contrato, após 30/06/2016, conforme disposto na Cláusula 3.8.3, acima, terá o direito de receber: (i) os montantes relativos à sua remuneração durante todo o período em que ocupou a posição de Executivo Companhia e/ou sua(s) Afiliada(s) e que porventura ainda não tenham sido pagos; (ii) o Bônus Anual, conforme previsto na Cláusula 3.2 acima, caso a rescisão ocorra no primeiro ano de vigência deste Contrato e se o Executivo tiver atingido as metas definidas pelo Conselho de Administração da Companhia no período a contar da data da Eleição do Executivo como Diretor Presidente até 31 de dezembro de 2013; ou (iii) o Bônus Anual, conforme previsto na Cláusula 3.2 acima, calculado de forma pro-rata, considerando o Bônus Anual mínimo que seria devido ao Executivo se seu desempenho tivesse atingido ou excedido as metas para o Bônus Anual que seria devido, assumindo que o desempenho do Executivo esteve em consonância com o plano de negócios e as metas determinadas de acordo com a cláusula 3.2 acima, até a data em que o Contrato se tornou efetivamente resolvido, caso a rescisão ocorra após o primeiro ano de vigência deste Contrato. O Executivo terá, ainda, direito ao recebimento proporcional do ILP, nas hipóteses expressamente previstas neste Contrato, caso o resultado da Fórmula abaixo seja positivo:

$$\text{ILP Proporcional} = \frac{(\sum \text{ dos resultados mensais desde } 01/01/14 \text{ até a rescisão})}{(\sum \text{ dos resultados mensais desde } 01/01/2014 \text{ até a rescisão projetados no plano de negócios a ser proposto pelo Executivo e aprovado pelo Conselho de Administração})} \times \frac{X \text{ (n}^\circ \text{ dias no exercício do cargo)}}{1.095} \times X \text{ (ILP calculado com base no plano de negócios para o ano de 2016 a ser proposto pelo Executivo e aprovado pelo Conselho de Administração)}$$

Deste modo, a título exemplificativo, se:

- (i) a somatória dos resultados mensais desde 01/01/14 até a data da rescisão for de R\$ 10.000.000,00;
- (ii) a somatória dos resultados mensais projetados no plano de negócios a ser proposto pelo Executivo e aprovado pelo Conselho de Administração, desde 01/01/14 até a data da rescisão, for de R\$ 15.000.000,00;
- (iii) o Executivo tiver permanecido 365 dias no cargo;

(iv) o ILP calculado conforme a Cláusula 3.8 e seus sub-itens, tendo como base o lucro líquido para o ano 2016 apresentado no plano de negócios a ser proposto pelo Executivo e aprovado pelo Conselho de Administração, for de R\$ 1.000.000,00;

Teremos pela fórmula acima que o ILP proporcional será de R\$ 222.221,77 (que é o resultado de [R\$ 10.000.000,00 dividido por R\$ 15.000.000,00] multiplicado por [365 dividido por 1095] multiplicado por R\$ 1.000.000,00).”

13.13. Em relação aos 3 últimos exercícios sociais, indicar o percentual da remuneração total de cada órgão reconhecida no resultado do emissor referente a membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal que sejam partes relacionadas aos controladores, diretos ou indiretos, conforme definido pelas regras contábeis que tratam desse assunto.

Órgão	% Parte Relacionada		
	2015	2014	2013
Conselho de Administração	40%	40%	40%
Conselho Fiscal	20%	20%	20%
Diretoria	0%	0%	33%

13.14 Em relação aos 3 últimos exercícios sociais, indicar os valores reconhecidos no resultado do emissor como remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal, agrupados por órgão, por qualquer razão que não a função que ocupam, como por exemplo, comissões e serviços de consultoria ou assessoria prestados:

Órgão	Valores em R\$		
	2015	2014	2013
Conselho de Administração	23.050,72	47.390,45	-
Conselho Fiscal	-	-	34.570,78
Diretoria	-	-	-

13.15 Em relação aos 3 últimos exercícios sociais, indicar os valores reconhecidos no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas do emissor, como remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal do emissor, agrupados por órgão, especificando a que título tais valores foram atribuídos a tais indivíduos

Em relação a este item, em 2015 não houve pagamento de remuneração para membro do Conselho Fiscal, Conselho de Administração ou Diretoria Estatutária.

13.16. Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes

Não existem outras informações relevantes sobre o “Item 13”.

3. RELAÇÃO DE CANDIDATOS APOIADOS PELOS ACIONISTAS CONTROLADORES DA COMPANHIA PARA A ELEIÇÃO DOS MEMBROS DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO E FISCAL POR UM MANDATO DE 01(UM) ANO.

CANDIDATOS AOS CARGOS DE MEMBROS DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO:

FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA – ITEM 12.5		
Nome	José Inácio Peixoto Neto	
Data de nascimento	31/05/1955	
Profissão	Administrador	
CPF ou Passaporte	509.378.987-91	
Cargo eletivo ocupado	Membro do Conselho de Administração	
Data de eleição		Data da posse
Prazo do mandato	Até a AGO que aprovar as demonstrações financeiras do exercício de 2016	
Outros cargos ou funções exercidos no emissor	Acionista participante de Acordo de Acionista e Membro do Comitê de Estratégia	
Indicação se foi eleito pelo controlador ou não	Indicado pelo Controlador	
Membro independente	(X) Não () Sim – Critério da independência:	
Número de mandatos consecutivos	2	
Principais experiências profissionais durante os últimos 5 anos, indicando		
Nome da empresa	Companhia Industrial Cataguases	
Setor de atividade	Empresa Brasileira de capital aberto (CVM) atuante nas áreas de fio e tecido 100% algodão, confecção e varejo.	
Cargo	Diretor Presidente e Diretor de Relações com Investidores	
Funções inerentes ao cargo	Gestão Geral da Companhia e Representante da Companhia junto aos acionistas e investidores	
A empresa integra: (i) o grupo econômico do emissor; ou (ii) de sócios com participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valores mobiliários do emissor		
Indicação de todos os cargos de administração que ocupe ou tenha ocupado em outras sociedades ou organizações do terceiro setor.	Assistente de Vendas, Gerente Financeiro, Gerente de Recursos Humanos, Diretor Administrativo e Diretor Presidente.	
Descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos	i. qualquer condenação criminal: nada a declarar. ii. qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas: nada a declarar. iii. qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenham suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer: nada a declarar.	

FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA – ITENS 12.5		
Nome	Herbert Steinberg	
Data de Nascimento	30/07/1955	
Profissão	Administrador de empresas	
CPF ou Passaporte	791.851.778-49	
Cargo eletivo ocupado	Membro efetivo do Conselho de Administração	
Data de eleição		Data da posse
Prazo do mandato	Até a AGO que aprovar as demonstrações financeiras do exercício de 2016	
Outros cargos ou funções exercidos no emissor	Membro do Comitê de Remuneração e Governança Corporativa	
Indicação se foi eleito pelo controlador ou não	Indicado pelo controlador	
Membro independente	(X) Não () Sim – Critério da independência:	
Número de mandatos consecutivos	1	
Principais experiências profissionais durante os últimos 5 anos, indicando		
Nome da empresa	MESA Corporate Governance	
Setor de atividade	Consultoria em Governança Corporativa	
Cargo	Sócio Administrador e Consultor	
Funções inerentes ao cargo	Condução de processos de reestruturação e reposicionamento estratégico de empresas onde presta consultorias	
A empresa integra: (i) o grupo econômico do emissor; ou (ii) de sócios com participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valores mobiliários do emissor	Não	
Nome da empresa	Business School São Paulo	
Setor de atividade	Instituição de ensino	
Cargo	Titular da Cadeira de Governança Corporativa	
Funções inerentes ao cargo	Professor dos cursos de MBA na BSP	
A empresa integra: (i) o grupo econômico do emissor; ou (ii) de sócios com participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valores mobiliários do emissor	Não	
Indicação de todos os cargos de administração que ocupe ou tenha ocupado em outras sociedades ou organizações do terceiro setor.	Conselho de Administração, Conselho Consultivo, Comitê de Apoio a Conselho	
Descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos	i. qualquer condenação criminal: n.a. ii. qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas: n.a. iii. qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenham suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer: n.a.	

FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA – ITEM 12.5	
Nome	Glaydson Ferreira Cardoso
Data de Nascimento	27/10/1974
Profissão	Advogado
CPF ou Passaporte	005.273.616-40
Cargo eletivo ocupado	Membro efetivo do Conselho de Administração
Data de eleição	
Data da posse	
Prazo do mandato	Até a AGO que aprovar as demonstrações financeiras do exercício de 2016
Outros cargos ou funções exercidos no emissor	Membro do Comitê de Finanças e Auditoria
Indicação se foi eleito pelo controlador ou não	Indicado pelo controlador
Membro independente	(X) Não () Sim – Critério da independência:
Número de mandatos consecutivos	1
<u>Principais experiências profissionais durante os últimos 5 anos, indicando</u>	
Nome da empresa	Ferreira Cardoso, Vasconcellos & Teodoro Advogados
Setor de atividade	Escritório de Advocacia
Cargo	Sócio
Funções inerentes ao cargo	Advocacia e consultoria jurídica em matéria tributária
A empresa integra:(i) o grupo econômico do emissor; ou (ii) de sócios com participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valores mobiliários do emissor	Não
Nome da empresa	Botelho, Spagnol Advogados
Setor de atividade	Escritório de Advocacia
Cargo	Sócio
Funções inerentes ao cargo	Advocacia e consultoria jurídica em matéria tributária
A empresa integra:(i) o grupo econômico do emissor; ou (ii) de sócios com participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valores mobiliários do emissor	Não
Nome da empresa	Banco Mercantil do Brasil S/A
Setor de atividade	Instituição Financeira
Cargo	Membro do Conselho de Administração
Funções inerentes ao cargo	Participação nos atos de gestão de competência do Conselho de Administração
A empresa integra:(i) o grupo econômico do emissor; ou (ii) de sócios com participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valores mobiliários do emissor	não
Indicação de todos os cargos de administração que ocupe ou tenha ocupado em outras sociedades ou organizações do terceiro setor.	Membro do Conselho de Administração e Conselho Fiscal
Descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos	i. qualquer condenação criminal: n.a. ii. qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas: n.a. iii. qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenham suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer: n.a.

FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA – ITEM 12.5	
Nome	Tiago Inácio Peixoto
Data de Nascimento	23/04/1985
Profissão	Economista
CPF ou Passaporte	066.246.156-80
Cargo eletivo ocupado	Membro suplente do Conselho de Administração
Data de eleição	Data da posse
Prazo do mandato	12 meses
Outros cargos ou funções exercidos no emissor	Acionista participante de Acordo de Acionista e membro do comitê de estratégia
Indicação se foi eleito pelo controlador ou não	Sim
Membro independente	<input checked="" type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/> Sim – Critério da independência: n.a.
Número de mandatos consecutivos	1º mandato
Principais experiências profissionais durante os últimos 5 anos, indicando	
Nome da empresa	Banco Original
Setor da Empresa	Banco de Investimento
Cargo	Gerente
Funções inerentes ao cargo	
A empresa integra:(i) o grupo econômico do emissor; ou (ii) de sócios com participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valores mobiliários do emissor	Não
Indicação de todos os cargos de administração que ocupe ou tenha ocupado em companhias abertas	Não se aplica
Descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos	i. qualquer condenação criminal: Não se aplica ii. qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas: Não se aplica iii. qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenham suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer: Não se aplica

FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA – ITEM 12.5		
Nome	Marcelo Inácio Peixoto	
Data de Nascimento	29/01/1957	
Profissão	Arquiteto	
CPF ou Passaporte	509.269.857-87	
Cargo eletivo ocupado	Membro suplente do Conselho de Administração	
Data de eleição		Data da posse
Prazo do mandato	Até a AGO que aprovar as demonstrações financeiras do exercício de 2016	
Outros cargos ou funções exercidos no emissor	Acionista participante do Acordo de Acionistas da Companhia	
Indicação se foi eleito pelo controlador ou não	Indicado pelo controlador	
Membro independente	<input checked="" type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/> Sim – Critério da independência:	
Número de mandatos consecutivos como conselheiro suplente	7	
Principais experiências profissionais durante os últimos 5 anos, indicando		
Nome da empresa	Domínio Imobiliária Empreendimentos e Participações Ltda.	
Cargo	Sócio – Administrador	
Setor da Empresa	Corretagem, a administração, a locação, a compra, a venda, a incorporação de bens imóveis, o depósito de mercadorias para terceiros, exceto armazéns gerais e guarda-móveis e a participação como acionista ou cotista no capital de sociedades anônimas ou limitadas no País ou no exterior	
Funções inerentes ao cargo	Sócio Administrador da empresa	
A empresa integra:(i) o grupo econômico do emissor; ou (ii) de sócios com participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valores mobiliários do emissor	É controlada da Companhia Industrial Cataguases	
Indicação de todos os cargos de administração que ocupe ou tenha ocupado em outras sociedades ou organizações do terceiro setor.	Não se aplica	
Descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos	i. qualquer condenação criminal: n.a. ii. qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas: n.a. iii. qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenham suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer: n.a.	

FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA – ITEM 12.5	
Nome	Carlos Manoel Castro de Mattos
Data de Nascimento	01/09/1955
Profissão	Veterinário
CPF ou Passaporte	136.468.308-32
Cargo eletivo ocupado	Membro suplente do Conselho de Administração
Data de eleição	
Data da posse	
Prazo do mandato	Até a AGO que aprovar as demonstrações financeiras do exercício de 2016
Outros cargos ou funções exercidos no emissor	Sócio de empresa que exerce Representação comercial da Companhia nos Estados de SC e PR
Indicação se foi eleito pelo controlador ou não	Indicado pelo controlador
Membro independente	<input checked="" type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/> Sim – Critério da independência:
Número de mandatos consecutivos como conselheiro suplente	2
Principais experiências profissionais durante os últimos 5 anos, indicando	
Nome da empresa	Catriz Empreendimentos Ltda.
Cargo	Sócio – Administrador
Setor da Empresa	Empresa de representação comercial na área de têxteis e artigos têxteis em geral.
Funções inerentes ao cargo	Sócio Administrador da empresa
A empresa integra:(i) o grupo econômico do emissor; ou (ii) de sócios com participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valores mobiliários do emissor	Não
Indicação de todos os cargos de administração que ocupe ou tenha ocupado em outras sociedades ou organizações do terceiro setor.	Não se aplica
Descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos	i. qualquer condenação criminal: n.a. ii. qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas: n.a. iii. qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenham suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer: n.a.

CANDIDATOS AOS CARGOS DE MEMBROS DO CONSELHO FISCAL:

FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA – ITEM 12.5			
Nome	Enio de Melo Coradi		
Data de Nascimento	27/05/1965		
Profissão	Contador		
CPF ou Passaporte	526.204.506-69		
Cargo eletivo ocupado	Membro efetivo do Conselho Fiscal		
Data de eleição		Data da posse	
Prazo do mandato	Até a AGO que aprovar as demonstrações financeiras do exercício de 2016		
Outros cargos ou funções exercidos no emissor	n.a.		
Indicação se foi eleito pelo controlador ou não	Eleito pelo controlador		
Membro independente	<input checked="" type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/> Sim – Critério da independência:		
Número de mandatos consecutivos	4		
Principais experiências profissionais durante os últimos 5 anos, indicando			
Nome da empresa	Banco Mercantil do Brasil S/A		
Setor da empresa	Instituição Financeira		
Cargo	Membro do Comitê Estatutário de Auditoria		
Funções inerentes ao cargo	- Monitoramento dos riscos corporativos e correspondentes sistemas de gestão. - Avaliação da cultura de controle, aferição da eficácia dos controles internos e cumprimento de leis e regulamentações (compliance). - Acompanhamento do processo de elaboração de relatórios financeiros para assecuração da qualidade, transparência e integridade das informações financeiras publicadas.		
A empresa integra:(i) o grupo econômico do emissor; ou (ii) de sócios com participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valores mobiliários do emissor	Não		
Nome da empresa	Labtest Diagnóstica S.A.		
Setor da empresa	Definição das políticas de gestão e direcionamento da Instituição Financeira de conformidade com as normas de regência dos entes reguladores e normas societárias.		
Cargo	Conselheiro Fiscal		
Funções inerentes ao cargo	Participação nos atos de gestão de competência do Conselho Fiscal		
A empresa integra:(i) o grupo econômico do emissor; ou (ii) de sócios com participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valores mobiliários do emissor	Não		
Indicação de todos os cargos de administração que ocupe ou tenha ocupado em outras sociedades ou organizações do terceiro setor.	Não se aplica		
Descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos	i. qualquer condenação criminal: n.a. ii. qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas: n.a. iii. qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenham suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer: n.a.		

FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA – ITEM 12.5			
Nome	Igor Fonseca Santos Teixeira		
Data de Nascimento	29/05/1981		
Profissão	Advogado		
CPF ou Passaporte	042.116.226-09		
Cargo eletivo ocupado	Membro efetivo do Conselho Fiscal		
Data de eleição		Data da posse	
Prazo do mandato	Até a AGO que aprovar as demonstrações financeiras do exercício de 2016		
Outros cargos ou funções exercidos no emissor	n.a.		
Indicação se foi eleito pelo controlador ou não	Indicado pelo controlador		
Membro independente	(X) Não () Sim – Critério da independência:		
Número de mandatos consecutivos	2		
<u>Principais experiências profissionais durante os últimos 5 anos, indicando</u>			
Nome da empresa	Ferreira Cardoso, Vasconcello & Teodoro – Advogados		
Setor da empresa	Consultoria e Advocacia preventiva		
Cargo	Advogado		
Funções inerentes ao cargo	Consultoria e Advocacia preventiva		
A empresa integra:(i) o grupo econômico do emissor; ou (ii) de sócios com participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valores mobiliários do emissor	Não		
Nome da empresa	Botelho, Spagnol Advogados		
Setor da empresa	Consultoria e Advocacia preventiva		
Cargo	Advogado		
Funções inerentes ao cargo	Consultoria e Advocacia preventiva		
A empresa integra:(i) o grupo econômico do emissor; ou (ii) de sócios com participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valores mobiliários do emissor	Não		
Indicação de todos os cargos de administração que ocupe ou tenha ocupado em outras sociedades ou organizações do terceiro setor.	Membro suplente do Conselho Fiscal		
Descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos	i. qualquer condenação criminal: n.a. ii. qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas: n.a. iii. qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenham suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer: n.a.		

FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA – ITEM 12.5			
Nome	Luiz Alberto de Castro Falleiros		
Data de Nascimento	13/02/1957		
Profissão	Economista		
CPF ou Passaporte	024.351.768-80		
Cargo eletivo ocupado	Membro efetivo do Conselho Fiscal		
Data de eleição		Data da posse	
Prazo do mandato	Até a AGO que aprovar as demonstrações financeiras do exercício de 2016		
Outros cargos ou funções exercidos no emissor	Não se aplica		
Indicação se foi eleito pelo controlador ou não	Indicado pelo controlador		
Membro independente	(X) Não () Sim – Critério da independência:		
Número de mandatos consecutivos	2		
<u>Principais experiências profissionais durante os últimos 5 anos, indicando</u>			
Nome da empresa	FASCE- Assessoria e Consultoria Empresarial S/C Ltda		
Setor da Empresa	Consultoria Empresarial		
Cargo	Sócio Administrador		
Funções inerentes ao cargo	Gestão		
A empresa integra:(i) o grupo econômico do emissor; ou (ii) de sócios com participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valores mobiliários do emissor	não		
Nome da empresa	Banco Alfa de Investimento S/A		
Setor da Empresa	Instituição Financeira		
Cargo	Gerente Geral- Diretoria Comercial		
Funções inerentes ao cargo	Gerente Geral de Corporate Finance sendo que o objetivo era captação de negócios para as áreas de Underwriting, Fusões & Aquisições e Project Finance.		
A empresa integra:(i) o grupo econômico do emissor; ou (ii) de sócios com participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valores mobiliários do emissor	Não		
Indicação de todos os cargos de administração que ocupe ou tenha ocupado em companhias abertas	Conselho de Administração e Conselho Fiscal		
Descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos	i. qualquer condenação criminal: n.a. ii. qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas: n.a. iii. qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenham suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer: n.a.		

FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA – ITEM 12.5			
Nome	José Heitor Leonardo		
Data de Nascimento	30/07/1960		
Profissão	Contador		
CPF ou Passaporte	331.808.656-87		
Cargo eletivo ocupado	Membro suplente do Conselho Fiscal		
Data de eleição		Data da posse	
Prazo do mandato	Até a AGO que aprovar as demonstrações financeiras do exercício de 2016		
Outros cargos ou funções exercidos no emissor	n.a.		
Indicação se foi eleito pelo controlador ou não	Indicado pelo controlador		
Membro independente	(X) Não () Sim – Critério da independência:		
Número de mandatos consecutivos como conselheiro suplente	2		
Principais experiências profissionais durante os últimos 5 anos, indicando			
Nome da empresa	Indústrias Químicas Cataguases Ltda.		
Setor da Empresa	Químicos		
Cargo	Diretor		
Funções inerentes ao cargo	Administração, finanças e logística		
A empresa integra:(i) o grupo econômico do emissor; ou (ii) de sócios com participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valores mobiliários do emissor	Não		
Nome da empresa	Cataguases Gráfica e Editora Líder Ltda.		
Setor da Empresa	Gráfica		
Cargo	Gerente		
Funções inerentes ao cargo	Administração financeira		
A empresa integra:(i) o grupo econômico do emissor; ou (ii) de sócios com participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valores mobiliários do emissor	Não		
Indicação de todos os cargos de administração que ocupe ou tenha ocupado em companhias abertas	Conselheiro Fiscal		
Descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos	i. qualquer condenação criminal: n.a. ii. qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas: n.a. iii. qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenham suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer: n.a.		

FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA – ITEM 12.5	
Nome	Anderson de Souza Santos
Data de Nascimento	12/09/1975
Profissão	Contador
CPF ou Passaporte	879.597.476-87
Cargo eletivo ocupado	Membro suplente do Conselho Fiscal
Data de eleição	
Data da posse	
Prazo do mandato	Até a AGO que aprovar as demonstrações financeiras do exercício de 2016
Outros cargos ou funções exercidos no emissor	n.a.
Indicação se foi eleito pelo controlador ou não	Indicado pelo controlador
Membro independente	(X) Não () Sim – Critério da independência:
Número de mandatos consecutivos como conselheiro suplente	2
Principais experiências profissionais durante os últimos 5 anos, indicando	
Nome da empresa	Conartes Engenharia e Edificações
Setor da Empresa	Construção Civil
Cargo	Diretor Administrativo e Financeiro
Funções inerentes ao cargo	Direção do departamento administrativo e financeiro da empresa, sendo responsável pelas áreas financeiras, administrativas, contábil, RH, TI, qualidade, contratos e relacionamento com instituições financeiras.
A empresa integra:(i) o grupo econômico do emissor; ou (ii) de sócios com participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valores mobiliários do emissor	Não
Nome da empresa	BI International (Instituição Grupo BI-FGV)
Setor da Empresa	Instituição de Ensino
Cargo	Controller
Funções inerentes ao cargo	Gerenciamento das áreas de controladoria, administrativo/financeiro e fiscal/tributário da empresa.
A empresa integra:(i) o grupo econômico do emissor; ou (ii) de sócios com participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valores mobiliários do emissor	Não
Indicação de todos os cargos de administração que ocupe ou tenha ocupado em companhias abertas	Conselheiro Fiscal
Descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos	i. qualquer condenação criminal: n.a. ii. qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas: n.a. iii. qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenham suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer: n.a.

12.6 Em relação a cada uma das pessoas que atuaram como membro do conselho de administração ou do conselho fiscal no último exercício, informar, em formato de tabela, o percentual de participação nas reuniões realizadas pelo respectivo órgão no mesmo período, que tenham ocorrido após a posse no cargo:

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO (CA):

Nº DE REUNIÕES DE ABRIL/15 A DEZEMBRO/15: 15

Membro do CA	% de participação nas reuniões do CA
José Inácio Peixoto Neto	100%
Glaydson Ferreira Cardoso	93,3%
Herbert Steinberg	86,6%
Jorge Amaury Nagib Junior	93,3%
Vicente Moliterno Neto	100%

CONSELHO FISCAL (CF):

Nº DE REUNIÕES DE ABRIL/15 A DEZEMBRO/15: 05

Membro do CF	% de participação nas reuniões do CF
Flavio Stamm	100%
Paulo Henrique Laranjeira da Silva	100%
Igor Fonseca Santos Teixeira	100%
Enio de Melo Coradi	100%
Luiz Alberto de Castro Falleiros	100%

12.7 Fornecer as informações mencionadas no item 12.5 em relação aos membros dos comitês estatutários, bem como dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, ainda que tais comitês ou estruturas não sejam estatutários:

COMITÊ DE FINANÇAS E AUDITORIA:

FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA – ITENS 12.5			
ITEM 12.6 – Informações Gerais			
Nome	Jorge Nagib Amary Junior		
Data de Nascimento	26/09/1968		
Profissão	Empresário		
CPF ou Passaporte	147.832.848-73		
Cargo eletivo ocupado	Membro efetivo do Comitê de Finanças e Auditoria		
Data de eleição	22/05/2014	Data da posse	22/05/2014
Prazo do mandato	12 meses		
Outros cargos ou funções exercidos no emissor	Membro efetivo do Conselho de Administração		
Indicação se foi eleito pelo controlador ou não	n.a.		
Membro independente	() Não () Sim – Critério da independência: não se aplica		
Número de mandatos consecutivos como membro do comitê de Finanças	2º mandato		
Principais experiências profissionais durante os últimos 5 anos, indicando			
Nome da empresa	Aliança Partners Consultoria LTDA		
Setor da empresa	Consultoria financeira , fusões & Aquisições		
Cargo	CEO e Sócio		
Funções inerentes ao cargo	Principal executivo, responsável por finanças e Atos societários da empresa, Responsável por toda área de execução e consultoria		
A empresa integra:(i) o grupo econômico do emissor; ou (ii) de sócios com participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valores mobiliários do emissor	não		
Nome da empresa	Plural Capital		
Setor da empresa	Gestora de Recursos		
Cargo	CFO (Diretor Administrativo e financeiro)		
Funções inerentes ao cargo	Responsável por todas as áreas de administração (TI, Contabilidade, Controladoria, Tesouraria, Auditoria, Compliance, RH, Governança)		
A empresa integra:(i) o grupo econômico do emissor; ou (ii) de sócios com participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valores mobiliários do emissor	não		
Nome da empresa	JA Consultores Associados (Nome Fantasia: GovernaHabilidade)		
Setor da empresa	Serviços/ Consultoria		
Cargo	Sócio-Diretor		
Funções inerentes ao cargo	Consultoria em Governança e Modelos de Gestão		
A empresa integra:(i) o grupo econômico do emissor; ou (ii) de sócios com participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valores mobiliários do emissor	não		
Indicação de todos os cargos de administração que ocupe ou tenha ocupado em companhias abertas	1) Diretor Mundial de Crédito e Vice Diretor de Tesouraria – AGFA GEVAERT NV.; 2) Diretor de Negócio – Banco Crefisul S.A; 3) Diretor Adjunto – Banco Antônio de Queiroz S.A		
Descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos	i. qualquer condenação criminal: n.a. ii. qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas: n.a. iii. qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenham suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer: n.a.		

FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA – ITEM 12.5			
Nome	Paulo Antonio Valente		
Data de Nascimento	21/01/1966		
Profissão	Engenheiro		
CPF ou Passaporte	CPF 114.287.948-83		
Cargo eletivo ocupado	Membro efetivo do comitê de Finanças		
Data de eleição	22/05/2014	Data da posse	22/05/2014
Prazo do mandato	12 meses		
Outros cargos ou funções exercidos no emissor	Diretor Presidente e RI; Membro efetivo do comitê de estratégia; e do comitê de remuneração e governança corporativa.		
Indicação se foi eleito pelo controlador ou não	n.a.		
Membro independente	() Não () Sim – Critério da independência: não se aplica		
Número de mandatos consecutivos como membro do Comitê de Remuneração	2º mandato		
<u>Principais experiências profissionais durante os últimos 5 anos, indicando</u>			
Nome da empresa	Companhia Industrial Cataguases		
Setor da Empresa	Empresa Brasileira de capital aberto (CVM) atuante nas áreas de fio e tecido 100% algodão, confecção e varejo.		
Cargo	Diretor Presidente e Relações com Investidores		
Funções inerentes ao cargo	Gestão Geral da Companhia, principal executivo, responsável pela administração e condução dos negócios da empresa.		
A empresa integra:(i) o grupo econômico do emissor; ou (ii) de sócios com participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valores mobiliários do emissor	Sim, a empresa é o emissor		
Nome da empresa	NBC Universal – Universal Pictures (Grupo General Electric – GE)		
Setor da Empresa	Divisão de home vídeo do grupo NBC Universal, um dos maiores grupos de mídia do mundo, que pertence ao Grupo General Electric –“GE”.		
Cargo	Diretor Geral América Latina		
Funções inerentes ao cargo	Gestão Geral da Companhia, principal executivo, responsável pela administração e condução dos negócios da empresa.		
A empresa integra:(i) o grupo econômico do emissor; ou (ii) de sócios com participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valores mobiliários do emissor	Não		
Indicação de todos os cargos de administração que ocupe ou tenha ocupado em companhias abertas	Diretor Presidente		
Descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos	i. qualquer condenação criminal: n.a. ii. qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas: n.a. iii. qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenham suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer: n.a.		

FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA – ITEM 12.5			
Nome	Glaydson Ferreira Cardoso		
Data de Nascimento	27/10/1974		
Profissão	Advogado		
CPF ou Passaporte	005.273.616-40		
Cargo eletivo ocupado	Membro efetivo do Comitê de Finanças e Auditoria		
Data de eleição	12/03/2015	Data da posse	12/03/2015
Prazo do mandato	12 meses		
Outros cargos ou funções exercidos no emissor	Membro efetivo do Conselho de Administração		
Indicação se foi eleito pelo controlador ou não	Indicado pelo controlador		
Membro independente	<input type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/> Sim – Critério da independência:		
Número de mandatos consecutivos	1º		
Principais experiências profissionais durante os últimos 5 anos, indicando			
Nome da empresa	Ferreira Cardoso, Vasconcellos & Teodoro Advogados		
Setor de atividade	Escritório de Advocacia		
Cargo	Sócio		
Funções inerentes ao cargo	Advocacia e consultoria jurídica em matéria tributária		
A empresa integra:(i) o grupo econômico do emissor; ou (ii) de sócios com participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valores mobiliários do emissor	não		
Nome da empresa	Botelho, Spagnol Advogados		
Setor de atividade	Escritório de Advocacia		
Cargo	Sócio		
Funções inerentes ao cargo	Advocacia e consultoria jurídica em matéria tributária		
A empresa integra:(i) o grupo econômico do emissor; ou (ii) de sócios com participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valores mobiliários do emissor	não		
Nome da empresa	Banco Mercantil do Brasil S/A		
Setor de atividade	Instituição Financeira		
Cargo	Membro do Conselho de Administração		
Funções inerentes ao cargo	Participação nos atos de gestão de competência do Conselho de Administração		
A empresa integra:(i) o grupo econômico do emissor; ou (ii) de sócios com participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valores mobiliários do emissor	não		
Indicação de todos os cargos de administração que ocupe ou tenha ocupado em outras sociedades ou organizações do terceiro setor.	Membro do Conselho de Administração e Conselho Fiscal		
Descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos	i. qualquer condenação criminal: n.a. ii. qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas: n.a. iii. qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenham suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer: n.a.		

FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA – ITEM 12.5			
Nome	Celso Romário de Oliveira		
Data de Nascimento	08/11/1968		
Profissão	Contador		
CPF ou Passaporte	674.183.766-34		
Cargo eletivo ocupado	Membro efetivo do comitê de Finanças e Auditoria		
Data de eleição	12/03/2015	Data da posse	12/03/2015
Prazo do mandato	12 meses		
Outros cargos ou funções exercidos no emissor	Gerente Contábil		
Indicação se foi eleito pelo controlador ou não	n.a.		
Membro independente	<input type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/> Sim – Critério da independência: n.a.		
Número de mandatos consecutivos como membro do Comitê de Finanças	1º mandato		
Principais experiências profissionais durante os últimos 5 anos, indicando			
Nome da empresa	Companhia Industrial Cataguases		
Setor da Empresa	Empresa Brasileira de capital aberto (CVM) atuante nas áreas de fio e tecido 100% algodão, confecção e varejo.		
Cargo	Gerente Contábil		
Funções inerentes ao cargo	Planejar, organizar e supervisionar as atividades da contabilidade geral, visando assegurar que todos os relatórios e registros sejam feitos de acordo com os princípios e normas contábeis e legislação pertinente, dentro dos prazos e das normas e procedimentos estabelecidos pela empresa.		
A empresa integra:(i) o grupo econômico do emissor; ou (ii) de sócios com participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valores mobiliários do emissor	Sim, a empresa é o emissor		
Indicação de todos os cargos de administração que ocupe ou tenha ocupado em companhias abertas	n.a.		
Descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos	i. qualquer condenação criminal: n.a. ii. qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas: n.a. iii. qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenham suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer: n.a.		

COMITÊ DE ESTRATÉGIA:

FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA – ITENS 12.6 A 12.10			
ITEM 12.6 – Informações Gerais			
Nome	Vicente Moliterno Neto		
Data de nascimento	12/08/1955		
Profissão	Administrador de empresa		
CPF ou Passaporte	950.668.028-00		
Cargo eletivo ocupado	Membro efetivo do Comitê de Estratégia		
Data de eleição	12/03/2015	Data da posse	12/03/2015
Prazo do mandato	12 meses		
Outros cargos ou funções exercidos no emissor	Membro efetivo do Conselho de Administração		
Indicação se foi eleito pelo controlador ou não	Não se aplica		
Membro Independente	() Não () Sim – Critério de independência		
Número de mandatos consecutivos como membro do comitê de estratégia	1º mandato		
Principais experiências profissionais durante os últimos 5 anos, indicando			
Nome da empresa	KARSTEN S.A.		
Cargo	CONSELHEIRO DE ADMINISTRAÇÃO		
Funções inerentes ao cargo			
Atividade principal da empresa na qual tais experiências ocorreram, destacando as sociedades ou organizações que integram: (i) o grupo econômico do emissor; ou (ii) de sócios com participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valores mobiliários do emissor	produção e comercialização de artigos de cama, mesa e banho		
Nome da empresa	GRUPO CLASSIC		
Cargo	Conselheiro de Administração		
Funções inerentes ao cargo			
Atividade principal da empresa na qual tais experiências ocorreram, destacando as sociedades ou organizações que integram: (i) o grupo econômico do emissor; ou (ii) de sócios com participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valores mobiliários do emissor	varejo e comercialização de marcas de instrumentos musicais		
Indicação de todos os cargos de administração que ocupe ou tenha ocupado em companhias abertas	diretor - Santista Têxtil S.A.		
Descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos	i. qualquer condenação criminal: n.a. ii. qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas: n.a. iii. qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenham suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer: n.a.		

FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA – ITEM 12.5			
Nome	José Inácio Peixoto Neto		
Data de nascimento	31/05/1955		
Profissão	Administrador		
CPF ou Passaporte	509.378.987-91		
Cargo eletivo ocupado	Membro efetivo do Comitê de Estratégia		
Data de eleição	12/03/2015	Data da posse	12/03/2015
Prazo do mandato	12 meses		
Outros cargos ou funções exercidos no emissor	Presidente do Conselho de Administração e Acionista participante de Acordo de Acionistas da Companhia.		
Indicação se foi eleito pelo controlador ou não	Indicado pelo Controlador		
Membro independente	<input type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/> Sim – Critério da independência: não se aplica		
Número de mandatos consecutivos	2		
Principais experiências profissionais durante os últimos 5 anos, indicando			
Nome da empresa	Companhia Industrial Cataguases		
Setor de atividade	Empresa Brasileira de capital aberto (CVM) atuante nas áreas de fio e tecido 100% algodão, confecção e varejo.		
Cargo	Diretor Presidente e Diretor de Relações com Investidores		
Funções inerentes ao cargo	Gestão Geral da Companhia e Representante da Companhia junto aos acionistas e investidores		
A empresa integra: (i) o grupo econômico do emissor; ou (ii) de sócios com participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valores mobiliários do emissor			
Indicação de todos os cargos de administração que ocupe ou tenha ocupado em outras sociedades ou organizações do terceiro setor.	Assistente de Vendas, Gerente Financeiro, Gerente de Recursos Humanos, Diretor Administrativo e Diretor Presidente.		
Descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos	i. qualquer condenação criminal: nada a declarar. ii. qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas: nada a declarar. iii. qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenham suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer: nada a declarar.		

FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA – ITEM 12.5			
Nome	Paulo Antonio Valente		
Data de Nascimento	21/01/1966		
Profissão	Engenheiro		
CPF ou Passaporte	CPF 114.287.948-83		
Cargo eletivo ocupado	Membro efetivo do comitê de Estratégia		
Data de eleição	16/12/2014	Data da posse	16/12/2014
Prazo do mandato	12 meses		
Outros cargos ou funções exercidos no emissor	Diretor Presidente e RI; Membro efetivo dos comitês de finanças e auditoria; e comitê de remuneração e governança corporativa.		
Indicação se foi eleito pelo controlador ou não	n.a.		
Membro independente	<input type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/> Sim – Critério da independência: não se aplica		
Número de mandatos consecutivos como membro do Comitê de Estratégia	1º mandato		
<u>Principais experiências profissionais durante os últimos 5 anos, indicando</u>			
Nome da empresa	Companhia Industrial Cataguases		
Setor da Empresa	Empresa Brasileira de capital aberto (CVM) atuante nas áreas de fio e tecido 100% algodão, confecção e varejo.		
Cargo	Diretor Presidente e Relações com Investidores		
Funções inerentes ao cargo	Gestão Geral da Companhia, principal executivo, responsável pela administração e condução dos negócios da empresa.		
A empresa integra:(i) o grupo econômico do emissor; ou (ii) de sócios com participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valores mobiliários do emissor	Sim, a empresa é o emissor		
Nome da empresa	NBC Universal – Universal Pictures (Grupo General Electric – GE)		
Setor da Empresa	Divisão de home vídeo do grupo NBC Universal, um dos maiores grupos de mídia do mundo, que pertence ao Grupo General Electric –“GE”.		
Cargo	Diretor Geral América Latina		
Funções inerentes ao cargo	Gestão Geral da Companhia, principal executivo, responsável pela administração e condução dos negócios da empresa.		
A empresa integra:(i) o grupo econômico do emissor; ou (ii) de sócios com participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valores mobiliários do emissor	não		
Indicação de todos os cargos de administração que ocupe ou tenha ocupado em companhias abertas	Diretor Presidente		
Descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos	i. qualquer condenação criminal: n.a. ii. qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas: n.a. iii. qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenham suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer: n.a.		

FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA – ITEM 12.5			
Nome	Tiago Inácio Peixoto		
Data de Nascimento	23/04/1985		
Profissão	Economista		
CPF ou Passaporte	066.246.156-80		
Cargo eletivo ocupado	Membro efetivo do comitê de Estratégia		
Data de eleição	20/10/2015	Data da posse	20/10/2015
Prazo do mandato	12 meses		
Outros cargos ou funções exercidos no emissor	Membro suplente do Conselho de Administração e Acionista participante de Acordo de Acionista		
Indicação se foi eleito pelo controlador ou não			Sim
Membro independente	<input checked="" type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/> Sim – Critério da independência: n.a.		
Número de mandatos consecutivos como membro do Comitê de Estratégia	1º mandato		
<u>Principais experiências profissionais durante os últimos 5 anos, indicando</u>			
Nome da empresa	Banco Original		
Setor da Empresa	Banco de Investimento		
Cargo	Gerente		
Funções inerentes ao cargo			
A empresa integra:(i) o grupo econômico do emissor; ou (ii) de sócios com participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valores mobiliários do emissor	Não		
Indicação de todos os cargos de administração que ocupe ou tenha ocupado em companhias abertas	Não se aplica		
Descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos	i. qualquer condenação criminal: Não se aplica ii. qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas: Não se aplica iii. qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenham suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer: Não se aplica		

COMITÊ DE REMUNERAÇÃO E GOVERNANÇA CORPORATIVA:

FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA – ITENS 12.5			
Nome	Herbert Steinberg		
Data de Nascimento	30/07/1955		
Profissão	Administrador de empresas		
CPF ou Passaporte	791.851.778-49		
Cargo eletivo ocupado	Membro efetivo do Comitê de Remuneração e Governança Corporativa		
Data de eleição	22/05/2014	Data da posse	22/05/2014
Prazo do mandato	12 meses		
Outros cargos ou funções exercidos no emissor	Membro efetivo do Conselho de Administração		
Indicação se foi eleito pelo controlador ou não	n.a.		
Membro independente	() Não () Sim – Critério da independência: n.a.		
Número de mandatos consecutivos como membro do Comitê de Remuneração e Governança	2º mandato		
Principais experiências profissionais durante os últimos 5 anos, indicando			
Nome da empresa	MESA Corporate Governance		
Setor de atividade	Consultoria em Governança Corporativa		
Cargo	Sócio Administrador e Consultor		
Funções inerentes ao cargo	Condução de processos de reestruturação e reposicionamento estratégico de empresas onde presta consultorias		
A empresa integra: (i) o grupo econômico do emissor; ou (ii) de sócios com participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valores mobiliários do emissor	não		
Nome da empresa	Business School São Paulo		
Setor de atividade	Instituição de ensino		
Cargo	Titular da Cadeira de Governança Corporativa		
Funções inerentes ao cargo	Professor dos cursos de MBA na BSP		
A empresa integra: (i) o grupo econômico do emissor; ou (ii) de sócios com participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valores mobiliários do emissor	Não		
Indicação de todos os cargos de administração que ocupe ou tenha ocupado em outras sociedades ou organizações do terceiro setor.	Conselho de Administração, Conselho Consultivo, Comitê de Apoio a Conselho		
Descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos	ii. qualquer condenação criminal: n.a. ii. qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas: n.a. iii. qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenham suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer: n.a.		

FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA – ITEM 12.5			
Nome	Paulo Antonio Valente		
Data de Nascimento	21/01/1966		
Profissão	Engenheiro		
CPF ou Passaporte	CPF 114.287.948-83		
Cargo eletivo ocupado	Membro efetivo do comitê de Remuneração		
Data de eleição	16/12/2014	Data da posse	16/12/2014
Prazo do mandato	12 meses		
Outros cargos ou funções exercidos no emissor	Diretor Presidente e RI; Membro efetivo do comitê de finanças e auditoria; e, comitê de estratégia.		
Indicação se foi eleito pelo controlador ou não	n.a.		
Membro independente	<input type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/> Sim – Critério da independência: n.a.		
Número de mandatos consecutivos como membro do Comitê de Remuneração e Governança			2º mandato
<u>Principais experiências profissionais durante os últimos 5 anos, indicando</u>			
Nome da empresa	Companhia Industrial Cataguases		
Setor da Empresa	Empresa Brasileira de capital aberto (CVM) atuante nas áreas de fio e tecido 100% algodão, confecção e varejo.		
Cargo	Diretor Presidente e Relações com Investidores		
Funções inerentes ao cargo	Gestão Geral da Companhia, principal executivo, responsável pela administração e condução dos negócios da empresa.		
A empresa integra:(i) o grupo econômico do emissor; ou (ii) de sócios com participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valores mobiliários do emissor	Sim, a empresa é o emissor		
Nome da empresa	NBC Universal – Universal Pictures (Grupo General Electric – GE)		
Setor da Empresa	Divisão de home vídeo do grupo NBC Universal, um dos maiores grupos de mídia do mundo, que pertence ao Grupo General Electric –“GE”.		
Cargo	Diretor Geral América Latina		
Funções inerentes ao cargo	Gestão Geral da Companhia, principal executivo, responsável pela administração e condução dos negócios da empresa.		
A empresa integra:(i) o grupo econômico do emissor; ou (ii) de sócios com participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valores mobiliários do emissor	não		
Indicação de todos os cargos de administração que ocupe ou tenha ocupado em companhias abertas	Diretor Presidente		
Descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos	i. qualquer condenação criminal: n.a. ii. qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas: n.a. iii. qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenham suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer: n.a.		

12.8 Em relação a cada uma das pessoas que atuaram como membro dos comitês estatutários, bem como dos comitês de auditoria, risco, financeiro e de remuneração, ainda que tais comitês ou estruturas não sejam estatutários, informar em formato de tabela o percentual de participação nas reuniões realizadas pelo respectivo órgão no mesmo período, que tenham ocorrido após a posse no cargo:

COMITÊ DE FINANÇAS E AUDITORIA:

Nº DE REUNIÕES NO EXERCÍCIO DE 2015: 04

Membros do Comitê	% de participação nas reuniões
Jorge Amaury Nagib Junior	100%
Paulo Antonio Valente	100%
Erick Domingues Alencar	100%
Glaydson Ferreira Cardoso	25% *
Celso Romário de Oliveira	25% *

*O Comitê de Finanças passou a ser designado Comitê de Finanças e Auditoria em Ata de Reunião do Conselho de Administração realizada em 12/03/15, quando então foram eleitos os senhores Glaydson Ferreira Cardoso e Celso Romario de Oliveira como membros efetivos do mesmo.

COMITÊ DE ESTRATÉGIA:

Nº DE REUNIÕES NO EXERCÍCIO DE 2015: 03

Membros do Comitê	% de participação nas reuniões
Vicente Moliterno Neto	100%
José Inácio Peixoto Neto	100%
Paulo Antonio Valente	100%
Tiago Inácio Peixoto	100%

COMITÊ DE REMUNERAÇÃO E GOVERNANÇA CORPORATIVA:

Nº DE REUNIÕES NO EXERCÍCIO DE 2015: 03

Membros do Comitê	% de participação nas reuniões
Herbert Steinberg	100%
Paulo Antonio Valente	66,6%
Leliane Tursi Penteadó	100%

12.9 Informar a existência de relação conjugal, união estável ou parentesco até segundo grau entre:

- a. **administradores do emissor** – Não se aplica;
- b. **(i) administradores do emissor; e (ii) administradores de controladas, diretas ou indiretas do emissor** – Não se aplica;
- c. **(i) administradores do emissor ou de suas controladas, diretas ou indiretas; e (ii) controladores diretos ou indiretos do emissor**
O Presidente do Conselho de Administração, Sr. José Inácio Peixoto Neto, é membro do Bloco de Controle da Companhia Industrial Cataguases;
- d. **(i) administradores do emissor; e (ii) administradores das sociedades controladoras diretas e indiretas do emissor** – Não se aplica.

12.10 Informações sobre relações de subordinação, prestação de serviço ou controle mantidas nos últimos 3 exercícios sociais, entre administradores do emissor e:

a. sociedade controlada, direta ou indiretamente pelo emissor (Não se aplica)

b. controlador direto ou indireto do emissor

Nos exercícios de 2013 e 2014 a empresa MESA Corporate Governance, cujo sócio administrador é o Sr. Herbert Steinberg, membro efetivo do Conselho de Administração da Companhia, prestou serviços de consultoria e aprimoramento da governança corporativa para a empresa Delta Agropecuária Ltda., acionista e participante de Acordo de Acionistas da Companhia.

c. caso seja relevante, fornecedor, cliente, devedor ou credor do emissor, de sua controlada ou controladora ou controladas de algumas dessas pessoas
(Não se aplica)

4. COMENTÁRIOS DOS ADMINISTRADORES SOBRE A SITUAÇÃO FINANCEIRA DA COMPANHIA, NOS TERMOS DO ITEM 10 DO FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA DA COMPANHIA INDUSTRIAL CATAGUASES.

10 Comentários dos diretores

10.1 Os diretores devem comentar sobre:

a. condições financeiras e patrimoniais gerais

I – Vendas

As vendas físicas da Companhia em 2015 consolidaram 18.364 mil metros lineares de tecidos (21.817 mil em 2014) representando uma queda de -15,83%. Ambos os mercados, nacional e externo, apresentaram redução de vendas físicas em metros lineares, reflexo da conjuntura global e cenário macroeconômico brasileiro adverso.

II - Produção

Frente à queda da demanda e a conseqüente necessidade de adequação dos estoques de produtos acabados a realidade do mercado, a Companhia reduziu a sua produção em 22,5% em 2015.

III - Resultados

a) Receita Líquida de vendas:

A receita líquida alcançou R\$177.409 mil em 2015 (R\$193.874 mil em 2014), o que representou uma redução de 8,49%.

b) Custo dos Produtos Vendidos

O custo dos produtos vendidos totalizou em 2015 R\$143.147 mil (R\$ 147.846 mil em 2014), representando uma redução de 3,18% em função da redução dos volumes vendidos.

Os custos unitários por metro linear da Companhia registraram um aumento de 15,03% frente 2014, refletindo os impactos inflacionários dos insumos, alta do custo de energia elétrica, desvalorização do Real e a menor diluição dos custos fixos devido à redução da produção.

c) Despesas Comerciais, Gerais e Administrativas

As despesas Comerciais, Gerais e Administrativas em 2015 somaram R\$ 36.959 mil (R\$ 36.811 mil em 2014) o que representa um crescimento de 0,40%.

d) Resultado Financeiro

O resultado financeiro líquido de 2015 foi negativo em R\$ 3.914 mil (R\$ 3.241 positivo mil em 2014), com uma redução de R\$ 7.155 mil, basicamente em virtude do impacto da variação cambial ao longo de 2015 na parcela da dívida em moeda estrangeira, que embora tenha provocado um efeito negativo nos balanços da empresa, devido ao regime de competência, não resultou em impactos no caixa uma vez que a dívida em moeda estrangeira tem prazo de pagamento distribuído ao longo dos próximos anos e será quitada com recursos oriundos da exportação neutralizando o efeito cambial no caixa ao longo deste período.

e) EBITDA e Resultado Líquido do Exercício

O EBITDA Ajustado do exercício de 2015 foi de R\$ 11.868 mil, 54,95%, menor em relação ao ano anterior que foi de R\$ 26.344 mil. O EBITDA ajustado é uma medição não contábil elaborada pela Companhia, conciliada com as demonstrações financeiras. O EBITDA ajustado não é uma medida reconhecida pelas práticas contábeis adotadas no Brasil, não possui um significado padrão e pode não ser comparável a medidas com títulos semelhantes fornecidos por outras Companhias. A Companhia divulga o EBITDA ajustado porque utiliza esse indicador para medir o seu desempenho.

Reconciliação do EBITDA

	<u>2015</u>	<u>2014</u>
Resultado líquido do exercício	(5.335)	11.429
(+) IRPJ e CSLL	(2.183)	2.846
(-) Resultado financeiro	(3.914)	3.241
(+) Depreciação e Amortização	7.816	7.671
EBITDA (Segundo a metodologia da Instrução CVM 527/12)	4.212	18.705
(+) Efeitos líquidos IFRS	7.656	7.639
EBITDA ajustado	11.868	26.344
Margem Ebitda ajustado em relação à receita líquida	6,69%	13,90%

O prejuízo líquido em 2015 foi de R\$ 5.335 mil frente a R\$ 11.429 mil de lucro líquido apurado em 2014.

f) Endividamento

	<u>2015</u>	<u>2014</u>
Composição da Dívida Líquida		
Dívida de curto prazo (a)	37.337	40.294
Dívida de longo prazo (a)	41.484	42.019
Dívida bruta	78.821	82.313
Caixa e equivalente caixa (b)	30.052	35.014
Títulos e valores mobiliários - circulante (b)	4.269	8.762
Dívida líquida (a-b)	44.500	38.537
Patrimônio líquido	144.882	151.460
EBITDA AJUSTADO	11.868	26.344

b. estrutura de capital e possibilidade de resgate de ações ou quotas, indicando:

i. hipóteses de resgate

“ARTIGO 7º - (...)

Parágrafo único – O resgate poderá se efetuar de uma só vez ou por sorteio, a juízo do Conselho de Administração que, na operação, utilizará as reservas de capital ou os lucros.”

ii. fórmula de cálculo do valor de resgate

Não há uma fórmula de cálculo do valor do resgate, de acordo com o artigo mencionado no item anterior as formas de resgate dar-se-ão de uma só vez ou por sorteio.

c. capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

Nos último 3 anos o índice DFL/EBITDA (controladora + controladas) é apresentado abaixo:

Indicador	2015	2014	2013
*DFL/EBITDA	3,75	1,46	2,06

*DFL= Dívida Financeira Líquida

A Companhia nos últimos anos tem reforçado a sua cobertura de caixa principalmente através de linhas de capital de giro, geração de caixa operacional e desmobilização de ativos não operacionais.

d. fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes utilizadas

Atualmente a principal fonte de financiamento são linhas subsidiadas para atividade agrícola, linhas direcionadas ao exportador e linhas de tesouraria das instituições financeiras.

e. fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez

A Companhia pretende buscar linhas de capital de giro e investimentos preferencialmente subsidiadas, através de instituições financeiras repassadoras e linhas de capital de giro disponíveis nas instituições financeiras.

f. níveis de endividamento e as características de tais dívidas, descrevendo ainda:

i. contratos de empréstimo e financiamento relevantes

	Controladora e Consolidado				
	Moeda	Taxa de juros aa	Venc.	31/12/2015	31/12/2014
FINIMP	EUR	Euribor (Sem) com juros de até 3,45%	2016	358	2.544
FINIMP	USD	Libor (Sem) com juros de até 3,05%	2016	1.472	2.505
Pré pagamento	USD	Libor (Trim e Sem) com juros de até 5,1%	2016	6.311	15.332
NCE	USD	4,6% a 5,23%	2019	31.747	17.875
CCE/NCE	R\$	CDI + juros de 2% a 3,5%	2019	33.314	25.993
FGPP	R\$	10,5%	2016	1.949	11.642
BNDES EXIM	R\$	8%	2015	-	2.509
BNDES REVITALIZA	R\$	7% (bônus de adimplência de 20% s/ juros)	2016	250	1.251
BNDES FINAME	R\$	Juros de até 6%	2021	3.420	2.662
TOTAL GERAL:				78.821	82.313
Circulante:				37.337	40.294
Não circulante:				41.484	42.019

ii. outras relações de longo prazo com instituições financeiras

A Companhia mantém com algumas instituições financeiras, contratos de prestação de serviços bancários e instrumentos de garantias.

g. grau de subordinação entre as dívidas (Não se aplica).

h. comentário sobre eventuais restrições impostas ao emissor, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário.

A Companhia Industrial Cataguases tem como balizador seu Estatuto Social, onde são deliberadas alçadas e competências. Atualmente temos contratos de empréstimos e financiamento com cláusulas restritivas de Covenants junto a algumas instituições financeiras.

i. limites de utilização dos financiamentos já contratados (Não se aplica)

j. alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras

Ativo Circulante:

- **Caixa e equivalente de caixa:** redução de 14,2%, devido principalmente ao menor patamar de vendas que afetou a geração operacional de caixa;
- **Títulos e Valores Mobiliários:** redução de 52,4%, devido principalmente ao menor patamar de vendas que afetou a geração operacional de caixa;
- **Estoques:** adequação do nível de estoques a previsão de demanda com consequente redução de 9,5%;
- **Impostos a recuperar:** redução de 49,5% pela compensação de impostos ao longo do exercício de 2015.

Ativo Não Circulante: Não houve alteração significativa

Passivo Circulante:

- **Empréstimos e Financiamentos:** redução de 7,3%, devido principalmente a redução do endividamento;
- **Dividendos e Juros sobre Capital Próprio:** não houve distribuição.

Passivo Não Circulante:

- **Passivo Fiscal Diferido:** redução 16,7%, devido principalmente em virtude da constituição de IRPJ e CSLL sobre prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social e realização das reservas do custo atribuído.

10.2 Os diretores devem comentar

a. resultados das operações do emissor, em especial:

i. descrição de quaisquer componentes importantes da receita

Para o Setor Têxtil Brasileiro, segundo a Associação Brasileira da Indústria Têxtil e de Confecção (ABIT), o ano de 2015 foi marcado por uma queda de 10% na produção de Vestuário em relação ao ano de 2014, e no seguimento têxtil que envolve a produção de tecido a queda foi de 14,5%. No cenário doméstico, a atividade econômica continuou em desaceleração. O PIB (BC) Brasileiro fechou 2015 com uma forte queda de 3,71%. A redução do ritmo de atividade vem impactando o mercado de trabalho. O desemprego, depois de atingir 4,3% em dezembro de 2014, se elevou para 6,9% em dezembro de 2015. A inflação medida pelo IPCA atingiu 10,7% em 2015, ante 6,4% no ano

anterior. A maior parte dessa aceleração foi decorrente do impacto dos preços administrados, que aumentaram 18,1% no período (ante 5,3% em 2014). Os preços livres também subiram mais em 2015 (8,5%, após 6,7% em 2014), refletindo a maior pressão da taxa de câmbio. O real desvalorizou-se frente ao dólar e terminou dezembro em R\$ 3,96/US\$, ante R\$ 2,66/US\$ ao fim do ano de 2014. As incertezas políticas e econômicas, bem como o rebaixamento do Brasil para grau especulativo pelas agências de risco Standard & Poor's, Fitch e Moody's afetaram fortemente o desempenho da economia Brasileira.

Este cenário adverso, com forte queda na demanda mostrou o quanto o modelo tradicional de negócios da companhia fica dependente do ciclo econômico. Para mitigar tais efeitos no futuro e tendo em vista a perspectiva negativa para o próximo biênio quanto a retomada da atividade, a Companhia continua focando seus esforços no desenvolvimento de novos negócios que possam absorver sua produção de maneira indireta e igualmente aumentar o valor agregado em relação ao negócio tradicional. A Companhia também continua focada no aumento de sua participação no comércio externo, aproveitando a alta do dólar e também revendo modelos de gestão da produção e incorporando serviços para fazer frente às novas exigências do mercado externo. Continuamos a manter a atenção na proteção da margem operacional através de projetos de redução de custos, gestão da oferta de produtos e execução da sua estratégia comercial.

A receita operacional da Companhia é composta principalmente pela venda de tecidos 100% algodão, de tecidos com composições diversas e de peças de vestuário de moda e uniformes profissionais.

ii. fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais

As vendas físicas da Companhia em 2015 consolidaram 18.364 mil metros lineares de tecidos (21.817 mil em 2014) representando uma queda de -15,83%. Ambos os mercados, nacional e externo, apresentaram redução de vendas físicas em metros lineares, reflexo da conjuntura global e cenário macroeconômico brasileiro adverso.

b. variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços

A receita líquida alcançou R\$177.409 mil em 2015 (R\$193.874 mil em 2014), o que representou uma redução de 8,49%.

Frente à queda da demanda e a conseqüente necessidade de adequação dos estoques de produtos acabados a realidade do mercado, a Companhia reduziu a sua produção em 22,5% em 2015.

O custo dos produtos vendidos totalizou em 2015 R\$143.147 mil (R\$ 147.846 mil em 2014), representando uma redução de 3,18% em função da redução dos volumes vendidos. Os custos unitários por metro linear da Companhia registraram um aumento de 15,03% frente 2014, refletindo os impactos inflacionários dos insumos, alta do custo de energia elétrica, desvalorização do Real e a menor diluição dos custos fixos devido à redução da produção.

As despesas Comerciais, Gerais e Administrativas em 2015 somaram R\$ 36.959 mil (R\$ 36.811 mil em 2014) o que representa um crescimento de 0,40%.

c. impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro do emissor

O resultado financeiro líquido de 2015 foi negativo em R\$ 3.914 mil (R\$ 3.241 positivo mil em 2014), com uma redução de R\$ 7.155 mil, basicamente em virtude do impacto da variação cambial ao longo de 2015 na parcela da dívida em moeda estrangeira, que embora tenha provocado um efeito negativo nos balanços da empresa, devido ao regime de competência, não resultou em impactos no caixa uma vez que a dívida em moeda estrangeira tem prazo de pagamento distribuído ao longo dos próximos anos e será quitada com recursos oriundos da exportação neutralizando o efeito cambial no caixa ao longo deste período.

O EBITDA Ajustado do exercício de 2015 foi de R\$ 11.868 mil, 54,95%, menor em relação ao ano anterior que foi de R\$ 26.344 mil.

10.3 Os diretores devem comentar os efeitos relevantes que os eventos abaixo tenham causado ou se espera que venham a causar nas demonstrações financeiras do emissor e em seus resultados:

- a. **introdução ou alienação de segmento operacional** (Não se aplica).
- b. **constituição, aquisição ou alienação de participação societária** (Não se aplica).
- c. **eventos ou operações não usuais:**

No exercício de 2015 a Companhia cedeu créditos de excedente de energia elétrica contratados no montante de R\$ 3.832 mil.

10.4 Os Diretores devem comentar sobre:

- a. As mudanças significativas nas práticas contábeis (Não se aplica).
- b. Os efeitos significativos das alterações em práticas contábeis (Não se aplica).
- c. As ressalvas e ênfases presentes no parecer do auditor

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2015, não há ressalvas, ênfases, nem limitações de escopo no parecer auditor independente.

10.5 Os diretores devem indicar e comentar políticas contábeis críticas adotadas pelo emissor, explorando, em especial, estimativas contábeis feitas pela administração sobre questões incertas e relevantes para a descrição da situação financeira e dos resultados, que exijam julgamentos subjetivos ou complexos, tais como: provisões, contingências, reconhecimento da receita, créditos fiscais, ativos de longa duração, vida útil de ativos não-circulantes, planos de pensão, ajustes de conversão em moeda estrangeira, custos de recuperação ambiental, critérios para teste de recuperação de ativos e instrumentos financeiros

As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os períodos apresentados nessas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, exceto nos casos indicados em contrário.

a) Base de consolidação

As demonstrações contábeis consolidadas foram preparadas em conformidade com os princípios de consolidação, de acordo com o pronunciamento técnico – CPC 36, e incluem as demonstrações contábeis da Companhia e de sua controlada a seguir relacionada:

	Percentagem de participação	
	31/12/2015	31/12/2014
Domínio Imobiliária Empreendimentos e Participações Ltda.	99,98%	99,98%

As demonstrações contábeis consolidadas incluem receitas e despesas e variações patrimoniais de companhia controlada.

A controlada é consolidada a partir da data de formação ou de aquisição, sendo esta a data na qual a Controladora obtém controle, e continuam a ser consolidada até a data em que esse controle deixe de existir. Os exercícios sociais das controladas são coincidentes com o da Controladora, e as demonstrações contábeis são elaboradas para o mesmo período de divulgação que o da Controladora, utilizando políticas contábeis consistentes. Todos os saldos intra-grupo, receitas e despesas e ganhos e perdas não realizados, oriundos de transações intra-grupo, são eliminados.

Uma mudança na participação sobre uma controlada que não resulta em perda de controle é contabilizada como uma transação entre acionistas, no patrimônio líquido. O resultado do período é atribuído aos proprietários da controladora e à participação dos não controladores. Perdas são atribuídas à participação de não controladores, mesmo que resultem em um saldo negativo.

Saldos e transações intragrupo, e quaisquer receitas ou despesas derivadas de transações intragrupo, são eliminados na preparação das demonstrações contábeis consolidadas.

b) Investimentos em controladas (demonstração financeira individual)

Investimentos em empresas controladas são contabilizados com base no método da equivalência patrimonial, conforme CPC 18 (IAS 28), para fins de demonstrações contábeis individuais da controladora.

Com base no método da equivalência patrimonial, os investimentos em controladas são contabilizados no balanço patrimonial ao custo, adicionado das mudanças após a aquisição da participação societária nas controladas.

A demonstração do resultado reflete a parcela dos resultados das operações das controladas com base no método da equivalência patrimonial. Quando uma mudança for diretamente reconhecida no patrimônio da controlada, a Controladora reconhecerá sua parcela nas variações ocorridas e divulgará esse fato, quando aplicável, na demonstração das mutações do patrimônio líquido. Os ganhos e perdas não realizados, resultantes de transações entre a Controladora e suas controladas (direta e indireta), são eliminados de acordo com a participação mantida nas controladas.

Após a aplicação do método da equivalência patrimonial, a Companhia determina se é necessário reconhecer perda adicional do valor recuperável sobre o investimento da Controladora em suas controladas. A Controladora determina, em cada data de fechamento do balanço patrimonial, se há evidência objetiva de que os investimentos nas controladas sofreram perdas por redução ao valor recuperável. Se assim for, a Controladora calcula o montante da perda por redução ao valor recuperável como a diferença entre o valor recuperável da controlada e o valor contábil e reconhece o montante na demonstração do resultado.

c) Moeda estrangeira

Transações em moeda estrangeira são convertidas para a respectiva moeda funcional da Companhia pelas taxas de câmbio nas datas das transações. Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data de apresentação são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio apurada naquela data. O ganho ou perda cambial em itens monetários é a diferença entre o custo amortizado da moeda funcional no começo do período, ajustado por juros e pagamentos efetivos durante o período, e o custo amortizado em moeda estrangeira à taxa de câmbio no final do período de apresentação. Ativos e passivos não monetários denominados em moedas estrangeiras que são

mensurados pelo valor justo são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio na data em que o valor justo foi apurado. As diferenças de moedas estrangeiras resultantes na reconversão são reconhecidas no resultado. Itens não monetários que sejam medidos em termos de custos históricos em moeda estrangeira são convertidos pela taxa de câmbio apurada na data da transação.

d) Capital Social

Ações ordinárias

Ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido. Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações e opções de ações são reconhecidos como dedução do patrimônio líquido, líquido de quaisquer efeitos tributários.

Ações preferenciais

O capital preferencial é classificado como patrimônio líquido caso seja não resgatável, ou somente resgatável à escolha da Companhia. Ações preferenciais não dão direito a voto e possuem preferência na liquidação da sua parcela do capital social. As ações preferenciais têm direito a dividendos mínimos de 12% sobre o capital social ou 10% maiores do que os pagos às ações ordinárias, dos dois o maior.

Os dividendos mínimos obrigatórios conforme definido em estatuto são reconhecidos como passivo.

e) Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários de longo prazo são atualizados monetariamente e, portanto, estão ajustados pelo seu valor presente. O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários de curto prazo é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto. Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos.

f) Caixa e equivalentes de caixa

Incluem caixa e saldos positivos em contas movimento junto às instituições contábeis, resgatáveis em até 90 dias, nas datas dos balanços e com risco insignificante de mudança de seu valor de mercado.

g) Imobilizado

i) Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou de construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (impairment). O custo de determinados itens do imobilizado foi apurado por referência à reavaliação realizada em 31 de dezembro de 2006 e avaliação a valor justo em 01/01/2009.

O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela própria entidade inclui: a) o custo de materiais e mão de obra direta; b) outros custos para colocar o ativo no local e em condições necessárias para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida pela administração; c) e custos de empréstimos sobre ativos qualificáveis.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são apurados pela comparação entre os recursos advindos da alienação com o valor contábil do imobilizado, e são reconhecidos líquidos dentro de outras receitas no resultado.

ii) *Custos subsequentes*

O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido no valor contábil do item caso seja provável que os benefícios econômicos incorporados dentro do componente irão fluir para a Companhia e que o seu custo pode ser medido de forma confiável. O valor contábil do componente que tenha sido repostado por outro é baixado. Os custos de manutenção no dia-a-dia do imobilizado são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

iii) *Depreciação*

A depreciação é calculada sobre o valor depreciável, que é o custo de um ativo, ou outro valor substituto do custo, deduzido do valor residual.

A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. Ativos arrendados são depreciados pelo período que for mais curto entre o prazo do arrendamento e as suas vidas úteis, a não ser que esteja razoavelmente certo de que o Grupo irá obter a propriedade ao final do prazo do arrendamento. Terrenos não são depreciados.

A Administração efetuou a revisão da vida útil dos seus bens e, baseado em laudo técnico, efetuou o ajuste da depreciação conforme novas taxas de forma prospectiva. As vidas úteis estimadas para os períodos correntes e comparativos estão demonstradas a seguir:

	<u>2015 e 2014</u>
Edificações	20,0
Máquinas e equipamentos	16,4
Instalações	18,5
Móveis e utensílios	10 e 5
Veículos	5
Intangível	5

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis.

g) Intangível

Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados no reconhecimento inicial ao custo de aquisição e, posteriormente, deduzidos da amortização acumulada e perdas do valor recuperável, quando aplicável.

h) Arrendamentos mercantis

A caracterização de um contrato como arrendamento mercantil está baseada em aspectos substantivos relativos ao uso de um ativo ou ativos específicos ou, ainda, ao direito de uso de um determinado ativo, na data do início da sua execução.

Os contratos de arrendamento mercantil financeiro são reconhecidos no ativo imobilizado pelo valor do bem e no passivo de empréstimos e financiamentos pelo valor das parcelas obrigatórias do contrato, deduzido, em conta redutora, dos juros implícitos, os quais são apropriados ao resultado de acordo

com a duração do contrato pelo método da taxa de efetiva de juros. Os montantes registrados no ativo imobilizado são depreciados pelo menor prazo entre a vida útil-econômica estimada dos bens e a duração prevista do contrato de arrendamento. Os contratos de arrendamento mercantil operacional são reconhecidos como despesa numa base sistemática que represente o período em que o benefício sobre o ativo arrendado é obtido, mesmo que tais pagamentos não sejam feitos nessa base.

Todos os demais custos de empréstimos são registrados como despesa no período em que são incorridos. Custos de empréstimo compreendem juros e outros custos incorridos por uma entidade relativos ao empréstimo.

i) Estoques

Os estoques são mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido. O custo dos estoques é baseado custo médio de aquisição e inclui gastos incorridos na aquisição de estoques, custos de produção e transformação e outros custos incorridos em trazê-los às suas localizações e condições existentes. No caso dos estoques manufaturados e produtos em elaboração, o custo inclui uma parcela dos custos gerais de fabricação baseado na capacidade operacional normal.

O valor realizável líquido é o preço estimado de venda no curso normal dos negócios, deduzido dos custos estimados de conclusão e despesas de vendas.

j) Redução ao Valor Recuperável (Impairment)

i) *Ativos não financeiros*

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia e da sua controlada, exceto estoques, imposto de renda e contribuição social diferidos, são revistos a cada exercício para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é determinado. O valor recuperável de um ativo ou unidade geradora de caixa é o maior entre o valor em uso e o valor justo menos despesas de venda. Ao avaliar o valor em uso, os fluxos de caixas futuros estimados são descontados aos seus valores presentes através da taxa de desconto antes de imposto que reflita as condições vigentes de mercado quanto ao período de recuperabilidade do capital e os riscos específicos do ativo. Para finalidade de testar o valor recuperável os ativos que não podem ser testados individualmente são agrupados no menor grupo de ativos que gera entrada de caixa de uso contínuo que são em grande parte independentes dos fluxos de caixa de outros ativos ou grupos de ativos (a unidade geradora de caixa ou UGC). A Administração da Companhia não identificou qualquer evidência que justificasse a necessidade de redução ao valor recuperável em 31 de dezembro de 2015.

ii) *Ativos financeiros (incluindo recebíveis)*

Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável.

A evidência objetiva de que os ativos financeiros perderam valor pode incluir o não-pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, indicações de que o devedor ou emissor entrará em processo de falência, ou o desaparecimento de um mercado ativo para um título. Além disso, para um instrumento patrimonial, um declínio significativo ou prolongado em seu valor justo abaixo do seu custo é evidência objetiva de perda por redução ao valor recuperável.

Uma redução do valor recuperável com relação a um ativo financeiro medido pelo custo amortizado é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos futuros fluxos de caixa estimados descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão contra recebíveis. Os juros sobre o ativo que perdeu valor continuam sendo reconhecidos através da reversão do desconto. Quando um evento subsequente indica reversão da perda de valor, a diminuição na perda de valor é revertida e registrada no resultado.

k) Benefícios a empregados

A Companhia concede aos empregados benefícios que envolvem seguro de vida, assistência médica, previdência privada, participação nos lucros e outros benefícios, os quais respeitam o regime de competência em sua contabilização, sendo cessados após término do vínculo empregatício com a Companhia. A companhia possui plano de benefício definido que é um plano de benefício pós-emprego sob o qual efetua o pagamento fixo diretamente a seus empregados e não terá nenhuma obrigação legal ou construtiva adicional.

A Companhia concede, abono de aposentadoria a ser pago conforme acordo coletivo de trabalho aos empregados contratados até 31 de dezembro de 2014 e que vier se desligar por motivo de aposentadoria, seja especial ou por tempo de serviço.

l) Provisões

Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se existe uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. As provisões são apuradas através do desconto dos fluxos de caixa futuros esperados a uma taxa antes de impostos que reflete as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo.

m) Receita operacional

A receita operacional da venda de bens no curso normal das atividades é medida pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita operacional é reconhecida quando existe evidência convincente de que os riscos e benefícios mais significativos inerentes a propriedade dos bens foram transferidos para o comprador, de que for provável que os benefícios econômicos financeiros fluirão para a entidade, de que os custos associados e a possível devolução de mercadorias pode ser estimada de maneira confiável, de que não haja envolvimento contínuo com os bens vendidos, e de que o valor da receita operacional possa ser mensurada de maneira confiável. Caso seja provável que descontos serão concedidos e o valor possa ser mensurado de maneira confiável, então o desconto é reconhecido como uma redução da receita operacional conforme as vendas são reconhecidas.

O momento correto da transferência de riscos e benefícios varia dependendo das condições individuais do pedido de venda. Considera transferido os riscos e benefícios para vendas no mercado interno o momento do aceite do cliente no documento fiscal e para o mercado externo na averbação da exportação.

n) Receitas financeiras e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre aplicações financeiras, e variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos. Os dividendos recebidos de investidas registradas por equivalência patrimonial reduzem o valor do investimento, nas demonstrações financeiras individuais.

As despesas financeiras abrangem despesas com juros sobre empréstimos, líquidas do desconto a valor presente das provisões e dividendos sobre ações preferenciais classificadas como passivos. Custos de empréstimo que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são mensurados no resultado através do método de juros efetivos.

Os ganhos e perdas cambiais são reportados em uma base líquida.

o) Imposto de renda e contribuição social

O Imposto de Renda e a Contribuição Social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios, ou itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício, a taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data de apresentação das demonstrações contábeis e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores.

O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação. O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias quando elas revertem, baseando-se nas leis que foram decretadas ou substantivamente decretadas até a data de apresentação das demonstrações contábeis.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a impostos de renda lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação.

Ativos de imposto de renda e contribuição social diferido são revisados a cada data de relatório e serão reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável.

A controlada Domínio Imobiliária Empreendimentos e Participações Ltda. no exercício de 2015 optou pela tributação presumida para o imposto de renda e contribuição social.

p) Resultado por ação

O resultado por ação básico é calculado por meio do resultado do período atribuível aos acionistas controladores e não controladores da investida e a média ponderada das ações ordinárias e preferenciais da Companhia em circulação no respectivo período. O resultado por ação diluído é calculado por meio da referida média das ações em circulação, ajustada pelos instrumentos potencialmente conversíveis em ações, com efeito diluidor, nos períodos apresentados, nos termos do CPC 41 e IAS 33.

q) Demonstrações de valor adicionado

A Companhia elaborou demonstrações do valor adicionado (DVA), individuais e consolidadas, nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado, as quais são

apresentadas como parte integrante das demonstrações contábeis conforme BRGAAP aplicável as companhias abertas, enquanto para IFRS representam informação financeira adicional.

r) Determinação do valor justo

Diversas políticas e divulgações contábeis da Companhia exigem a determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos financeiros como para alguns não financeiros. Quando aplicável, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas notas específicas àquele ativo ou passivo.

s) Propriedade para investimento

Propriedades para investimentos são inicialmente mensuradas ao custo, incluindo custos da transação. Após o reconhecimento inicial, propriedades para investimentos são apresentadas ao valor justo, que reflete as condições de mercado na data do balanço. Ganho ou perdas resultantes de variações do valor justo das propriedades para investimento são incluídos na demonstração do resultado no exercício que forem gerados.

t) Subvenção governamental

Uma subvenção governamental é reconhecida no resultado ao longo do período subsidiado desde que atendidas as condições do IAS 20 em consonância com CPC 07 – Subvenções e assistências governamentais. As parcelas recebidas de incentivos fiscais para redução do ICMS foram registradas no resultado do exercício na rubrica deduções da receita bruta.

u) Instrumentos financeiros

Ativos financeiros não derivativos

A Companhia e sua controlada reconhecem os empréstimos e recebíveis e depósitos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros (incluindo os ativos designados pelo valor justo por meio do resultado) são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Companhia e sua controlada se tornam uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

A Companhia e sua controlada não reconhecem um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando transferem os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação no qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Eventual participação que seja criada ou retida nos ativos financeiros são reconhecidos como um ativo ou passivo individual.

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, somente quando, a Companhia ou sua controlada tenham o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

A Companhia e sua controlada tem os seguintes ativos financeiros não derivativos: contas a receber, depósitos judiciais, ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado e empréstimos e recebíveis.

Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado

Um ativo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação e seja designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os ativos

financeiros são designados pelo valor justo por meio do resultado se o Grupo gerencia tais investimentos e toma decisões de compra e venda baseadas em seus valores justos de acordo com a gestão de riscos documentada e a estratégia de investimentos do Grupo. Os custos da transação, após o reconhecimento inicial, são reconhecidos no resultado como incorridos. Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado são medidos pelo valor justo, e mudanças no valor justo desses ativos são reconhecidas no resultado do exercício.

Empréstimos e recebíveis

Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e investimentos financeiros com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação. Limites de cheques especiais de bancos que tenham de ser pagos à vista e que façam parte integrante da gestão de caixa do Grupo são incluídos como um componente das disponibilidades para fins da demonstração dos fluxos de caixa.

Desreconhecimento (baixa) de ativos financeiros

A Companhia baixa um ativo financeiro, apenas quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa provenientes desse ativo expiram ou transfere o ativo e substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade para outra empresa. Na baixa de um ativo financeiro em sua totalidade, a diferença entre o valor contábil do ativo e a soma da contrapartida recebida e a receber é reconhecida no resultado.

Passivos financeiros não derivativos

A Companhia e sua controlada reconhecem títulos de dívida emitidos inicialmente na data em que são originados. Todos os outros passivos são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Companhia se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A baixa de um passivo financeiro ocorre quando suas obrigações contratuais são retiradas, canceladas ou pagas.

Os ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, exista o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e quitar o passivo simultaneamente.

A Companhia e sua controlada tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: empréstimos, financiamentos, fornecedores e outras contas a pagar.

Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos.

Desreconhecimento (baixa) de passivo financeiro

A baixa de passivos financeiros ocorre somente quando as obrigações da Companhia são extintas e canceladas ou quando vencem. A diferença entre o valor contábil do passivo financeiro baixado e a contrapartida paga e a pagar é reconhecida no resultado.

10.6 Com relação aos controles internos adotados para assegurar a elaboração de demonstrações financeiras confiáveis, os diretores devem comentar:

- a. grau de eficiência de tais controles, indicando eventuais imperfeições e providências adotadas para corrigi-las**

A Companhia vem promovendo o fortalecimento da sua estrutura geral de controles internos buscando aprimorar processos e a gestão de riscos.

- b. comentários sobre as deficiências e recomendações sobre os controles internos presentes no relatório do auditor independente**

O relatório de recomendações sobre os controles internos apresentado pelo auditor independente contém recomendações que estão sendo monitoradas pela administração.

10.7. Comentários sobre oferta pública de distribuição de valores mobiliários, os diretores devem comentar :

- a. comentários sobre como os recursos resultantes da oferta foram utilizados**
(Não se aplica).

- b. comentários sobre desvios relevantes entre a aplicação efetiva dos recursos e as propostas de aplicação divulgadas nos prospectos da respectiva distribuição**
(Não se aplica).

- c. comentários sobre tais desvios**
(Não se aplica).

10.8 Comentários sobre itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras do emissor, indicando:

- a. Comentários sobre ativos e passivos detidos pelo emissor, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (off-balance sheet items), tais como:**

i. Comentários sobre arrendamentos mercantis operacionais, ativos e passivos

ii. Comentários sobre carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade mantenha riscos e responsabilidades, indicando respectivos passivos

iii. Comentários sobre contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços

iv. Comentários sobre contratos de construção não terminada

v. Comentários sobre contratos de recebimentos futuros de financiamentos

A Companhia, em 31 de dezembro de 2015, não possui ativos e/ou passivos que tenham materialidade relevante e que não aparecem em suas demonstrações financeiras ou que não estejam divulgados nas notas explicativas, que são parte integrante das demonstrações financeiras.

- b. Comentários sobre outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras**
(Não se aplica).

10.9. Comentários sobre cada um dos itens não evidenciados nas demonstrações financeiras indicados no item 10.8 :

- a. como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras do emissor (Não se aplica).
- b. natureza e o propósito da operação (Não se aplica).
- c. natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor do emissor em decorrência da operação (Não se aplica).

10.10. Comentários sobre os principais elementos do plano de negócios do emissor, explorando especificamente os seguintes tópicos:

a. investimentos, incluindo:

- i. Comentários sobre a descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos*

A Administração manteve projetos de investimentos para melhoria da competitividade, aplicando em 2015 recursos da ordem de R\$ 4.770 mil. Para o próximo exercício, além dos projetos aprovados em 2015 e não concluídos ou prorrogados para 2016, estão previstos novos investimentos da ordem de R\$ 5.920 mil, em projetos de melhoria de competitividade e manutenção da capacidade produtiva instalada, entre outros.

- ii. Comentários sobre as fontes de financiamento dos investimentos*

A Companhia pretende acessar os bancos de fomento para os investimentos previstos em 2015, além de utilizar de recursos próprios.

- iii. Comentários sobre desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos*

A controlada Domínio Imobiliária Empreendimentos e Participações Ltda. no exercício de 2011 constituiu participação de 51% da Caporena Comércio de Camisas Ltda., cujo objeto social principal é a compra, venda, comercialização, distribuição, importação e exportação de peças de vestuário e de acessórios de vestuário com marca própria. O Conselho de Administração da Companhia, depois de analisar a operação da referida sociedade sob os aspectos societário, estratégico e financeiro deliberou, por unanimidade, descontinuar a operação, em razão de: (i) dificuldades na obtenção de informações mercadológicas, de planejamento, estratégia de produto e vendas e outras gerenciais sobre o negócio; (ii) desalinhamento estratégico; (iii) ausência de plano de negócios; (iv) utilização do nome e credibilidade da Companhia no negócio, sem a obtenção de contrapartida satisfatória; e (v) vício formal de sua constituição. Atualmente estão sendo tomadas providências pela nova diretoria, atendendo determinação do Conselho de Administração, para encerramento da mesma nos órgãos federais, estaduais e municipais.

- b. desde que já divulgada, indicar a aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva do emissor (Não se aplica).**

c. novos produtos e serviços: (Não se aplica)

10.11 Comentários sobre outros fatores que influenciaram de maneira relevante o desempenho operacional e que não tenham sido identificados ou comentados nos demais itens desta seção.

Não se aplica.

5. PROPOSTA A SER SUBMETIDA À ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA DA COMPANHIA, A SER REALIZADA EM 29 DE ABRIL DE 2016.

A Administração da Companhia vem, em atenção ao disposto no art. 6º da Instrução da Comissão de valores Mobiliários (“CVM”) nº 481/09, disponibilizar aos Senhores Acionistas, as informações e documentos relevantes para o exercício do direito de voto em Assembleia Geral Extraordinária, referente as seguintes deliberações:

I- Ratificação da mudança do Jornal para as publicações legais da Companhia, conforme art. 289, § 3º da Lei 6.404/76.

Conselho de Administração tomou conhecimento que em 17/07/2015 o Jornal Brasil Econômico encerrou suas publicações impressas. Assim, de modo a garantir o amplo acesso dos acionistas à informação e ampla divulgação que o parágrafo 3º do art. 289 da lei 6.404/76 busca alcançar em Reunião realizada em 14/08/2015 o Conselho de Administração deliberou que o jornal de grande circulação a ser adotado para realização das publicações da Companhia passará a ser o Jornal Diário do Comércio de Minas, bem como deliberou as providências de publicação de Fato relevante da Companhia sobre o assunto, o qual foi publicado em 25/08/2015 no Diário Oficial de Minas Gerais e no Jornal Diário do Comércio de Minas, conforme Anexo III.

Desse modo, os acionistas deliberarão na Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária a ser realizada em 29 de Abril de 2016 (“AGOE”), a ratificação da mudança do Jornal de grande circulação para o Jornal Diário do Comércio de Minas, conforme exposto acima, bem como de todos os atos praticados pela Administração da Companhia na sua execução.

II – Ratificação da dilação de prazo para a execução de investimentos previstos em 2015 para 2016.

Foi deliberado, na Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizada em 28/04/2015 e na Assembleia Geral Extraordinária realizada em 22/06/2015, a retenção de lucros para reserva para investimentos, nos termos do art. 196, § 2º da Lei 6.404/76. No entanto, considerando (i) o panorama geral de negócios no exercício de 2015 e as perspectivas econômica de 2016, tendo em vista a crise política e econômica brasileira; e (ii) a necessidade de proteger o caixa da Companhia; o Conselho de Administração da Companhia deliberou, em reunião realizada em 23/07/2015 (abaixo transcrição do item 4.6. da ata), pela dilação do CAPEX de 2015 para 2016, visando suspender determinados investimentos inicialmente previstos para 2015, detalhados na “tabela A” abaixo, para realocar tais valores para o reforço do capital de giro da Companhia durante o exercício de 2016, que poderão ser eventualmente realizados pela Companhia em 2016.

Transcrição item 4.6 da Ata de reunião do Conselho de Administração realizada em 23/07/15

“4.6. O Conselho de Administração deliberou pela aprovação da proposta da Diretoria de dilação de prazo para a execução do CAPEX previsto para 2015 para o exercício de 2016;”

Tabela A
(valores em milhares de Reais)

PROPOSTA DE DILAÇÃO DE PRAZO DE INVESTIMENTO	
	DILAÇÃO PARA 2016
DIRETORIA ADM. FINANCEIRA	
<i>CAPEX - TI</i>	
Atualização parque de micros	30.000
NOVOS NEGOCIOS	
<i>CAPEX - TI</i>	
Sistema de confeccionados	205.970
Endereçamento de estoque - CD	35.447
DIRETORIA COMERCIAL	
<i>CAPEX- MANUTENÇÃO</i>	
Reforma sala desenv. produtos	30.000
Veiculo SP	90.000
Veiculo Matriz	140.000
DIRETORIA INDUSTRIAL	
<i>CAPEX- MANUTENÇÃO</i>	
HVI	730.000
Upgrade desenrolador JP6	80.000
Upgrade empilhadeira Hubtex	150.000
Upgrade encoders magnéticos	50.000
Upgrade servo acionamento das Cardas	20.000
Reforma das cxs de goma, engomadeiras 1 e 2	130.000
TOTAL	1.691.417

Desse modo, os acionistas deliberarão na Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária a ser realizada em 29 de Abril de 2016 (“AGOE”), a ratificação de dilação de prazo para a execução dos investimentos previsto em 2015, para o exercício de 2016, conforme exposto acima, bem como de todos os atos praticados pela Administração da Companhia na sua execução.

ANEXO I

											Valores em R\$
Ano	Órgão	Nº de Membros	Honorários + Encargos		Remuneração Variável		Previdência Privada		Assistência Médica + Seguro de Vida		Total por órgão
			Valor (R\$)	Part. %	Valor (R\$)	Part. %	Valor (R\$)	Part. %	Valor (R\$)	Part. %	
2012	Conselho de Administração	5	514.889,40	100,0%	0	0	0	0	0	0	514.889,40
2012	Conselho Fiscal	3	168.300,54	100,0%	0	0	0	0	0	0	168.300,54
2012	Diretoria	4	1.432.511,31	67,9%	0	0,0%	535.966,51	25,4%	139.792,56	6,6%	2.108.270,38
TOTAL		12	2.115.701,25	75,8%	-	0,0%	535.966,51	19,2%	139.792,56	5,0%	2.791.460,32
2013	Conselho de Administração	5	511.641,80	100,0%	0	0	0	0	0	0	511.641,80
2013	Conselho Fiscal	5	235.780,15	100,0%	0	0	0	0	0	0	235.780,15
2013	Diretoria	3	1.564.673,86	70,3%	0	0,0%	511.581,42	23,0%	149.819,95	6,7%	2.226.075,23
TOTAL		13	2.312.095,81	77,8%	-	0,0%	511.581,42	17,2%	149.819,95	5,0%	2.973.497,18
2014	Conselho de Administração	5	548.292,80	100,0%	0	0	0	0	0	0	548.292,80
2014	Conselho Fiscal	5	268.175,30	100,0%	0	0	0	0	0	0	268.175,30
2014	Diretoria	3	1.632.928,49	67,5%	483.230,64	20,0%	179.852,41	7,4%	122.672,79	5,1%	2.418.684,33
TOTAL		13	2.449.396,59	75,7%	483.230,64	14,9%	179.852,41	5,6%	122.672,79	3,8%	3.235.152,43
2015	Conselho de Administração	5	588.080,50	100,0%	0	0	0	0	0	0	588.080,50
2015	Conselho Fiscal	5	284.890,90	100,0%	0	0	0	0	0	0	284.890,90
2015	Diretoria	3	1.657.330,13	66,1%	0	0,0%	178.337,65	6,9%	139.950,94	7,1%	1.975.618,72
TOTAL		13	2.530.301,53	88,8%	-	0,0%	178.337,65	6,3%	139.950,94	4,9%	2.848.590,12
2016	Conselho de Administração	5	647.067,38	100,0%	0	0	0	0	0	0	647.067,38
2016	Conselho Fiscal	5	311.570,65	100,0%	0	0	0	0	0	0	311.570,65
2016	Diretoria	3	1.550.854,84	66,1%	513.222,00	22,4%	102.089,96	6,9%	123.854,52	5,4%	2.290.021,32
TOTAL		13	2.509.492,87	77,2%	513.222,00	15,8%	102.089,96	3,1%	123.854,52	3,8%	3.248.659,35

(*) Os valores de 2016 são propostas para aprovação da AGO

ANEXO II

Indicadores Remuneração Variável – Diretoria Executiva

INCENTIVO DE CURTO PRAZO (ICP)

- GATILHO PARA PAGAMENTO DO ICP :
- Lucro Líquido \geq 90% da Meta de Lucro Líquido.

POTENCIAL DO ICP

- REMUNERAÇÃO BASE ANUAL 12,0 X HB
- **ICP A 100 PONTOS**
 - Diretor Comercial e Industrial 4,0 X HB
 - Diretor Presidente 2,3 X HB
- **BÔNUS POR SUPERANÇA**
 - Todos diretores até 4,0 X HB

Nota:

- **HB = HONORÁRIO BASE MENSAL**

PAINEL DE PERFORMANCE

		PONTOS POR ATINGIMENTO DA META		
Indicadores	Unidade	Diretor Presidente	Diretor Comercial	Diretor Industrial
Lucro Líquido	R\$	40	25	25
Receita Líquida	R\$	20	35	35
Margem Bruta	%	20	30	30
Resultado Operacional (EBIT)	R\$ 1.000	20	10	10
		100	100	100

ANEXO III

“COMPANHIA INDUSTRIAL CATAGUASES

CNPJ (MF) nº 19.526.748/0001-50

COMPANHIA ABERTA

FATO RELEVANTE

COMPANHIA INDUSTRIAL CATAGUASES, comunica aos seus acionistas e ao mercado em geral, que o Jornal Brasil Econômico encerrou suas publicações impressas em 17 de Julho de 2015. De modo a garantir o amplo acesso dos acionistas à informação e ampla divulgação que o parágrafo 3º do art. 289 da lei 6.404/76 busca alcançar o Conselho de Administração deliberou que o jornal de grande circulação na sede da Companhia a ser adotado para realização de suas publicações passará a ser o Jornal Diário do Comércio de Minas.

Cataguases, 25 de Agosto de 2015.

Paulo Antonio Valente
Diretor de Relações com Investidores”